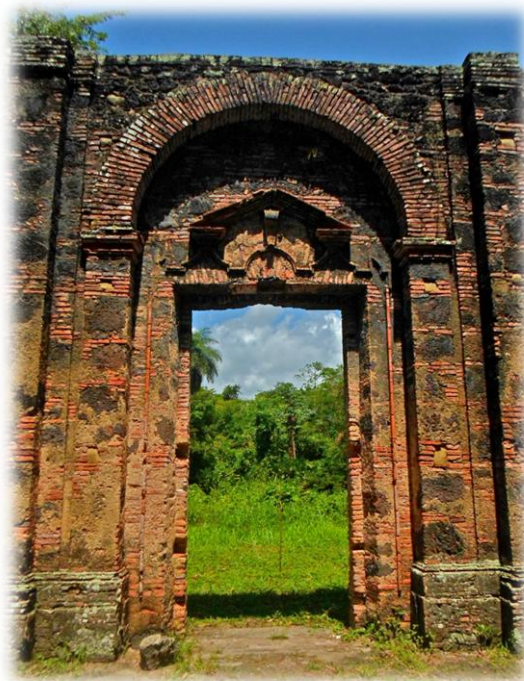




**Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciência da Arte
Faculdade de Artes Visuais
Bacharelado em Museologia**

LUCIANA CRISTINA DE OLIVEIRA AZULAI

**A RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE MUSEOLOGIA E
ARQUEOLOGIA: UMA PERSPECTIVA DE PRESERVAÇÃO E
SOCIALIZAÇÃO PATRIMONIAL DO SÍTIO HISTÓRICO DO
ENGENHO MURUTUCU**



Belém-PA

2014

LUCIANA CRISTINA DE OLIVEIRA AZULAI

**A RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE MUSEOLOGIA E
ARQUEOLOGIA: UMA PERSPECTIVA DE PRESERVAÇÃO E
SOCIALIZAÇÃO PATRIMONIAL DO SÍTIO HISTÓRICO DO
ENGENHO MURUTUCU**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Museologia da Faculdade de Museologia da Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Patrimônio, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Menezes Costa.

Belém-PA

2014

LUCIANA CRISTINA DE OLIVEIRA AZULAI

**A RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE MUSEOLOGIA E
ARQUEOLOGIA: UMA PERSPECTIVA DE PRESERVAÇÃO E
SOCIALIZAÇÃO PATRIMONIAL DO SÍTIO HISTÓRICO DO
ENGENHO MURUTUCU**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para a
obtenção do grau de Bacharel em Museologia da
Faculdade de Museologia da Universidade Federal
do Pará.

Área de concentração: Patrimônio, Cultura e
Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Diogo Menezes Costa.

Data de aprovação:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Diogo Menezes Costa
Orientador
Universidade Federal do Pará – Arqueologia – PPGA/UFPA

Prof^a. Mestra Marcela Guedes Cabral
Examinadora Interna
Universidade Federal do Pará – Museologia – UFPA

Prof^a. Dr^a. Renata de Godoy
Examinadora Externa
Universidade Federal do Pará – Arqueologia – PPGA/UFPA

Dedico este trabalho à minha família e amigos que acompanharam toda a minha caminhada na Universidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me deu forças para enfrentar as dificuldades e as barreiras que passei durante o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Diogo Menezes Costa pela atenção, pela paciência e compreensão nos meus momentos de ansiedade e por ter me apresentado o meu objeto de estudo. E Além de tudo por ter me incentivado em olhares mais amplo para a pesquisa, contribuindo muito para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Obrigada aos meus amigos do curso de Museologia, Wanderson Amorim, Carlene Anjos, Jaddson Silva por todos os bons momentos vividos, e de conversas que me apoiaram e me fizeram refletir. Agradeço a minha amiga Mayra Rodrigues, pelo apoio e amizade durante o curso, e especialmente no período de execução deste trabalho, na qual as nossas conversas mesmo que à distância me ajudaram muito. Agradeço também a minha querida amiga Dayane Soares, que tem me acompanhado em uma amizade desde a infância, e se demonstrado uma verdadeira parceira em vários momentos da minha vida. Agradeço também aos professores do curso de Museologia pelas contribuições acadêmicas adquiridas em sala de aula.

Agradeço é claro ao meu querido Magno Alves por todo o apoio e ajuda nas horas em que mais precisei, e por ter paciência nos meus estresses e momentos de crises. Obrigada por me manter calma, por sua dedicação durante toda a minha jornada na Universidade, e por sempre acreditar em mim.

Quero agradecer à minha família pelo apoio durante a minha trajetória na Universidade, em especial agradeço aos meus pais Sandra Maria de Aviz Oliveira e Miguel Ferreira Azulai que sempre me apoiaram e incentivaram a lutar pelos meus sonhos e ideais, bem como tudo o que fizeram para me verem chegar até o fim de minha graduação.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram de forma direta e indireta para a conclusão e conquista deste trabalho. Muito obrigada a todos vocês!

"A comunidade é a maior guardiã de seu patrimônio"

(Aloísio Magalhães)

RESUMO

A partir de uma abordagem interdisciplinar da relação entre Museologia e Arqueologia, este trabalho objetivou refletir e discutir sobre o patrimônio cultural e a sua preservação e socialização. A pesquisa tomou como objeto de estudo o Sítio Histórico do Engenho Murutucu no qual este é um importante patrimônio cultural que está localizado na cidade de Belém-PA. Apesar deste sítio ser um patrimônio tombado, isso não impede que haja problemas relacionados à gestão e proteção pelos órgãos públicos responsáveis. Por isso, busca-se refletir sobre a importância de preservar este patrimônio através de uma relação com a comunidade que vive no entorno do mesmo. Como metodologia da pesquisa foram aplicadas entrevistas com os visitantes de um grupo de funcionários da CEASA, durante o trabalho de campo realizado na escavação ocorrida no sítio em julho de 2014. Dessa forma, a partir das análises das entrevistas foram elaboradas propostas de ações patrimoniais e educacionais que possam ser instauradas futuramente no sítio, visando a sua preservação e valorização junto à sociedade.

Palavras-chaves: Museologia, Arqueologia, Patrimônio, Preservação e Socialização.

ABSTRACT

From an interdisciplinary approach to the relationship between Museology and Archaeology, this study aimed to reflect and discuss the cultural heritage and its preservation and socialization. The research has taken as its object the Historical Site of Mill Murutucu in which this is an important cultural heritage which is located in Belém-PA, Brazil. Although this site is a fallen heritage, this does not stop the problems related to the management and protection by the government. Therefore, we try to reflect on the importance of preserving this heritage through a relationship with the community that lives around it. As research methodology interviews were held with visitors from a group of CEASA employees during the fieldwork in the excavation occurred at the site in July 2014. Thus, after a deep analyze of the interviews, we could plan educational actions which may be taken in the future, in order to maintain the place's preservation and development with the society.

Keywords: Museology, Archaeology, Heritage, Preservation and Socialization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Fotografia Histórica do Engenho Murutucu.....	35
FIGURA 2. Fotografia Histórica do Engenho Murutucu.....	36
FIGURA 3. Elementos decorativos, em frisos e medalhão na entrada principal da Capela do Engenho Murutucu.....	37
FIGURA 4. Mapa de localização geográfica do Sítio Histórico do Engenho Murutucu.....	40
FIGURA 5. Localização do Sítio Histórico do Engenho Murutucu e outros pontos de valor histórico e cultural de Belém-PA.....	41
FIGURA 6. Vista da fachada das Ruínas da Capela do Engenho Murutucu.....	42
FIGURA 7. Vista Lateral das Ruínas da Capela do Engenho Murutucu.....	43
FIGURA 8. Planta geral do Sítio Histórico do Engenho Murutucu.....	45
FIGURA 9. Oficinas de análise de <i>Louças</i> e <i>Vidros</i> respectivamente.....	47
FIGURA 10. Áreas de escavação 1, 2 e 3 respectivamente.....	49
FIGURA 11. Sítio Vale dos Sonhos.....	54
FIGURA 12. Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos.....	55
FIGURA 13. Moradia da Comunidade Ribeirinha.....	56
FIGURA 14. Visita à Comunidade Ribeirinha.....	59
FIGURA 15. Visita do Grupo de Funcionários da Ceasa.....	60
FIGURA 16. Mostra de objetos arqueológicos para os visitantes.....	60
FIGURA 17. Entrevistas com os visitantes no Sítio.....	61
FIGURA 18. Gráfico da primeira pergunta da entrevista.....	62
FIGURA 19. Gráfico da segunda pergunta da entrevista.....	64
FIGURA 20. Gráfico da terceira pergunta da entrevista.....	66

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEASA	Centrais de Abastecimento do Pará
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPESPA	Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa
ICAHM	Comitê Internacional para Gestão do Patrimônio Arqueológico
ICCROM	Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IGPA	Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
LAANF	Laboratório de Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia
MES	Ministério da Educação e Saúde
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
ONU	Organização das Nações Unidas
PPGA	Programa de Pós-graduação em Antropologia
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
UCG	Universidade Católica de Goiás atual PUC de Goiás
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	13
1. DIÁLOGOS ENTRE A MUSEOLOGIA E A ARQUEOLOGIA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA PARA A PRESERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL	13
1.1. O QUE TOMAMOS POR PATRIMÔNIO CULTURAL?	13
1.2. A PRESERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL	18
1.2.1. A preservação do patrimônio cultural no contexto da América Latina	20
1.2.2. As políticas patrimoniais para a preservação de bens culturais no Brasil	23
1.3. A RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE MUSEOLOGIA E ARQUEOLOGIA NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	26
1.4. MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA	31
CAPÍTULO II	34
2. SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU: UM IMPORTANTE PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE BELÉM	34
2.1. O ENGENHO DO MURUTUCU: A TRAJETÓRIA DE UM MONUMENTO DO PASSADO AO PRESENTE	34
2.2. AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU	43
CAPÍTULO III	51
3. ESTRATÉGIAS PARA PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU A PARTIR DA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE	51
3.1. PERSPECTIVAS DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO JUNTO À COMUNIDADE	51
3.2. A COMUNIDADE DO ENTORNO DO SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU	56
3.3. ENTREVISTAS COM A COMUNIDADE DO ENTORNO DO SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU	58
3.3.1. Análise das entrevistas	61
3.4. PROPOSTAS DE AÇÕES PATRIMONIAIS E EDUCACIONAIS PARA A PRESERVAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
APÊNDICE	76
ANEXO	79

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida sob o viés da relação interdisciplinar entre Museologia e Arqueologia, dois campos de conhecimento que possuem interligações no contexto teórico e prático, uma vez que ambas lidam com o patrimônio cultural e têm como potencialidade o papel da responsabilidade social, considerando as referências culturais representadas na Memória, Cultura e Identidade de uma sociedade.

Nesta relação interdisciplinar, a Arqueologia é compreendida como disciplina voltada ao estudo da cultura material do homem e de seu comportamento no passado em diversos segmentos culturais. A salvaguarda e comunicação dos objetos que compõe essa cultura material e o conhecimento gerado pela mesma, é objeto de estudo da Museologia, na qual esta pode contribuir para os indicadores da memória e da valorização do passado e suas reflexões no presente.

A partir desse diálogo interdisciplinar o objetivo deste estudo foi pensar na preservação, valorização e socialização de um patrimônio cultural arqueológico, tendo em vista a importância do compartilhamento e da participação da comunidade na preservação deste patrimônio. Portanto, tomamos como objeto de estudo o “Sítio Histórico do Engenho Murutucu”, um importante patrimônio da cidade de Belém- PA que sofre com o abandono e falta de proteção por parte da gestão do poder público.

O trabalho desenvolveu-se como desdobramento dos resultados finais do projeto de pesquisa intitulado “**Arqueologia dos Subalternos no Engenho do Murutucu**” coordenado pelo professor e arqueólogo Dr. Diogo M. Costa, do qual participei como bolsista de iniciação científica do proreitor durante um ano pelo programa PIBIC/FAPESPA da UFPA, que envolveu levantamento histórico através de documentos secundários, análises de materiais arqueológicos e divulgação. Neste projeto de pesquisa pude participar da escavação arqueológica ocorrida no sítio em julho de 2014 promovida pelo projeto “**Sítio-escola no Engenho do Murutucu: uma Arqueologia dos Subalternos**”, durante a qual foi possível realizar o trabalho de campo que contribuiu para desenvolvimento deste estudo. A experiência em campo permitiu realizar uma pesquisa com o público visitante do sítio, aplicando entrevistas que foram fundamentais para a síntese deste trabalho.

Dessa forma, o estudo foi dividido em três capítulos, o primeiro com reflexões teóricas sobre cultura e patrimônio, o segundo com desenvolvimento e abordagem histórica e o terceiro com análise de dados.

No primeiro capítulo intitulado “*Diálogos entre a Museologia e a Arqueologia: uma relação necessária para a preservação de um Patrimônio Cultural*”, no primeiro momento é abordado uma contextualização a respeito do patrimônio cultural desde as suas primeiras concepções até as transformações sofridas ao longo dos tempos. Em seguida reflete-se a preservação do mesmo, as contribuições políticas e legislativas para a proteção do patrimônio no âmbito da América Latina e do Brasil. No segundo momento, apresenta-se a relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia no contexto do patrimônio cultural, realizando uma abordagem histórica, bem como as suas noções teóricas sobre os aspectos do diálogo entre a preservação e socialização patrimonial.

No segundo capítulo denominado “*Sítio Histórico do Engenho Murutucu: um importante Patrimônio Cultural da cidade de Belém*” é apresentado um histórico do monumento arqueológico com base em referências históricas, bem como suas disposições no presente e também trata das pesquisas arqueológicas que já foram desenvolvidas no sítio, ressaltando o potencial museológico e arqueológico.

No último capítulo “*Estratégias para preservação do Sítio Histórico do Engenho Murutucu a partir da relação com a comunidade*”, reflete-se sobre a importância patrimonial do sítio, apresentando propostas de ações patrimoniais e educacionais a partir das análises das entrevistas realizadas, visando uma perspectiva de preservação, valorização e socialização do patrimônio cultural do Engenho Murutucu envolvendo a relação com a comunidade do entorno.

CAPÍTULO I

1. DIÁLOGOS ENTRE A MUSEOLOGIA E A ARQUEOLOGIA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA PARA A PRESERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL.

1.1 O QUE TOMAMOS POR PATRIMÔNIO CULTURAL?

Para estabelecer um diálogo interdisciplinar neste trabalho entre a Museologia e a Arqueologia, disciplinas que lidam com o patrimônio em suas diversas concepções, é necessário entender o que vem a ser um patrimônio cultural, qual a sua importância, o que permeia essa relação e o porquê de se estabelecer processos de preservação.

Para compreender a noção de patrimônio cultural¹ deve-se partir primeiramente da noção de *cultura* desde a sua origem, pois, esta funciona como um elemento chave para o entendimento de tudo que a ela está associada. Dentre os primeiros usos da palavra “cultura” destaca-se seu surgimento e uso há mais de dois mil anos, originado do latim *colere* para definir o conceito de cultivar a terra, em que se deriva a palavra “agricultura”. Segundo Terry Eagleton² “a cultura etimologicamente falando, é um conceito derivado do de natureza, e um de seus significados originais refere-se a ‘lavoura’ ou ‘cultivo agrícola’, ou cultivo do que cresce naturalmente” (2005, p. 9). Um dos conceitos mais antigos de cultura foi concebido pelo pensador romano Marco Túlio Cícero (em latim, *Marcus Tullius Cicero*), quando mencionou a *cultura animi*, de forma literal, tem-se a cultura como o cultivo do próprio espírito ou da alma.

A cultura do ponto de vista das ciências é um conceito antropológico, antes de ser, histórico, filosófico ou linguístico. Segundo Roque de Barros Laraia (2009) a primeira definição de cultura que foi formulada a partir de uma visão antropológica, pertence a Edward Tylor que apresentou em 1871 no primeiro parágrafo de seu livro intitulado *Primitive Culture*. Sobre esta visão de Tylor, Laraia afirma:

¹ O patrimônio cultural associado ao termo “cultura” tomado em seu sentido antropológico, que resulta da atividade humana, no aspecto social (VARINE, 2006).

² Ver “*A idéia de Cultura*” / Terry Eagleton (1943); tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. São Paulo; Editora UNESP, 2005.

[...] Tylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução (LARAIA, 2009, p. 30).

Os termos *Kultur e Civilization* foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture* que “tomando em seu amplo sentido etnográfico, é esta, todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade de hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2009, p. 25). Laraia acentua que com esta definição, Tylor abrange em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, marcando fortemente o caráter de aprendizado da cultura, que é considerada por ele como um fenômeno natural.

Entrando no discurso sobre o que é um Patrimônio, partimos da etimologia da palavra, na qual, Patrimônio teve sua origem no latim *Patrimonium*, que faz referência entre os antigos romanos, a tudo aquilo que pertencia ao pai, *Pater* ou *Pater Família*, que significava *Pai de Família*. Em suas origens históricas o patrimônio para a sociedade romana compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, incluindo a mulher e os filhos, assim como os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais, ou seja, tudo o que podia ser um legado ou herdado por testamento, sem excetuar as próprias pessoas. O conceito de patrimônio surgido no contexto privado do direito de propriedade estava relativamente ligado aos interesses aristocráticos, em que só uma minoria elitista poderia se beneficiar de bens herdados, e a maioria da população era desprovida de *patrimonium*, pois não existia o conceito de patrimônio público. Dessa forma, o patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

De acordo com Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini, com a difusão do cristianismo e o predomínio da Igreja a partir da Antiguidade tardia³ (séculos IV-V), em especial na Idade Média (séculos VI- XV), ocorreu um acréscimo ao caráter aristocrático do patrimônio, no que diz respeito, aos aspectos, simbólico e coletivo - o religioso. Apesar do caráter aristocrático

³ O conceito moderno de Antiguidade Tardia é entendido como um período longo, distinto e autônomo, englobando os últimos séculos da Antiguidade clássica e os primeiros da Idade Média, e pode ser utilizado para representar as características tanto da Europa continental quanto do mundo Mediterrâneo. Mais é aceito como período que se inicia com o declínio do Império Romano do Ocidente, a partir do século III, e se estende até a conquista islâmica e a ação do Império Bizantino na refundação da Europa Oriental (OLIVEIRA, 2008).

ainda se manter, houve a elevação da categoria de valores sociais que compartilharam os sentimentos religiosos, em uma plenitude de formas materiais e espirituais. Como observado na seguinte citação:

O culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e que, como veremos, de certa forma permanece entre nós: a valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos. Essas leituras e interpretações populares não deixavam de se ligar às concepções aristocráticas, mas, de certo modo, fugiam do seu controle. A reação das elites não tardaria, e veio com a monumentalização das igrejas e a criação de catedrais, que passaram a dominar as paisagens do mundo físico e espiritual. No topo de uma elevação, passava a erguer-se a sede da cátedra do bispo, autoridade máxima: a catedral era um patrimônio coletivo, mas aristocrático. (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p.12).

Segundo Funari e Pelegrini (2006), o Renascimento⁴ traria uma mudança de perspectiva quanto ao patrimônio, mesmo que o caráter aristocrático ainda fosse mantido. Os humanistas, que estiveram à frente do movimento renascentista, de forma intelectual, prática e política buscaram inspiração na Antiguidade clássica (grega e romana) e condenaram seus antecessores, que segundo eles, teriam vivido um período de trevas na idade média, em que o termo “trevas” exemplificava bem o tom da reação de domínio das crenças e da nova valorização da Antiguidade clássica.

Com o surgimento dos Estados Nacionais no final do século XVIII e início do XIX, ocorre um desencadeamento do conceito de patrimônio, o qual se afirma que o melhor exemplo de um Estado Nacional moderno é a França onde a partir da revolução de 1789 começou a ser desenvolvido o moderno conceito de patrimônio (FUNARI & PELEGRINI, 2006). A Revolução Francesa viria romper os fundamentos do antigo reino (monárquico), toda a estrutura do estado mudaria e a República criava a igualdade refletida na cidadania dos homens. Sobre isto, Alexandre Fernandes Corrêa discorre:

⁴ O Renascimento está relacionado ao século XVI, surgido primeiramente na Itália. Com o movimento, o espírito científico se intensifica, o paradigma do conhecimento se transforma e modifica os modos de ver e de pensar as artes e as coleções. As fronteiras entre as concepções de patrimônio, de memória e de nação se tornam ainda mais fluidas (AZZI, 2011).

A revolução Francesa desencadeou então um processo de criação de novos símbolos nacionais: inventaram-se novas bandeiras, novo calendário, novos hinos, nova arquitetura, isto é, símbolos identitários nacionais. Esse período de transformações inaugurou um debate em torno do que se deveria ou não ser preservado do passado gótico, eclesiástico e monárquico francês e, por extensão, da comunidade Europeia (CORRÊA, 2008, p. 53).

A Legislação Francesa⁵ aplicada aos monumentos históricos é considerada um importante modelo de proteção ao patrimônio, após a revolução francesa, na qual este modelo foi seguido por diversos países, por exemplo, o Brasil que fortemente influenciado. Dessa forma, é pertinente discorrer sobre os aspectos de Monumento Histórico relacionado à ideia de Patrimônio.

O Monumento pertence ao conjunto das práticas patrimoniais presente na vida do homem. Mas afinal, o que vem a ser um monumento? A noção do termo deriva originalmente do latim *monumentum*, que também deriva da palavra *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que remete a lembrança de alguma coisa. Segundo a historiadora francesa Françoise Choay (2006) em sua obra intitulada “*A Alegoria do Patrimônio*” afirma sobre a natureza afetiva do monumento, cujo, propósito é essencial e não se trata apenas de apresentar, dar uma informação neutra, mas sim, de tocar pela emoção, uma memória viva que está entrelaçada com o afetivo. Choay ainda afirma que dessa forma, primeiramente, se chamará monumento tudo que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.

Para Choay (2006) a especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória, pois ele mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado e trazendo uma vibração como se fosse o presente. Porém, esse passado invocado, não é um passado qualquer, ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Assim o monumento se apresenta como uma interseção entre a memória individual e a memória coletiva. Neste contexto, o monumento tem sentido bem amplo, e está presente em todos os lugares do mundo e em todas as

⁵ Sobre a legislação francesa, a primeira lei é de 1887, tendo sido complementada por uma legislação mais ampla em 1906. O objetivo era proteger os monumentos que representavam o princípio da nação francesa e sua cultura. No início, as disposições legais na França voltavam-se para a limitação dos direitos de propriedade privada, em benefício do patrimônio nacional, conforme o direito romano.

sociedades sejam essas culturas letradas ou não, visto que o monumento é uma invenção humana.

No Brasil, assim como na França, os prédios antigos com arquiteturas majestosas foram os primeiros a serem pensados na construção e legitimação da ideia de Monumento e Patrimônio (FUNARI & PELEGRINI, 2006). Na inter-relação entre monumento e patrimônio, leva-se em consideração a estética, os valores históricos e artísticos, o poder, e principalmente o nacionalismo. Em relação a este último, o nacionalismo, influenciou os intelectuais da época nos critérios de seleção, legitimação, criação e desenvolvimento de políticas públicas.

No contexto nacionalista, houve em nosso país o movimento modernista⁶ no ano de 1922, que resultou na expansão da ideia de monumento e patrimônio, ainda que, tenham ficado restrito as grandes construções históricas e elitizadas, semelhante ao ocorrido na França (CORRÊA, 2006). Em meio a isto, o Estado teve um importante papel com a função de desenvolver políticas nacionais para a proteção e preservação dos bens selecionados como patrimônio e monumento. No entanto, atuou de forma autoritária e imperadora sobre o patrimônio brasileiro.

Com o passar do tempo ocorreram diversas transformações no mundo, gerando mudanças de percepções sobre o aspecto do patrimônio, assim como, os próprios conceitos de ambiente e cultura. Nessa perspectiva, despertou-se para a importância da diversidade existente no mundo, na qual já não predominava apenas a valorização estética, do precioso ou raro, mas sim, a noção de preservação de conjunto de bens comuns, sem os quais não pode existir o excepcional. Neste sentido, desenvolve-se o aspecto do imaterial ou intangível (que não se pode tocar) do patrimônio ligado aos sentimentos e as expressões a algo simbólico. Assim, o patrimônio cultural não se limita apenas a monumentos e coleções de objetos, por exemplo, este inclui, não apenas as fantasias de carnaval, mas também as melodias, os ritmos e modo de sambar (FUNARI & PELEGRENI, 2006). Acerca disto, entendemos que:

⁶ Este movimento tem como marco simbólico a Semana de Arte Moderna ocorrida entre 11 e 18 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, foi um importante acontecimento organizado por um grupo de intelectuais e artistas por ocasião do Centenário da Independência - declara o rompimento com o tradicionalismo cultural associado às correntes literárias e artísticas anteriores: o parnasianismo, o simbolismo e a arte acadêmica.

O conceito de patrimônio cultural, na verdade, está imbricado com as identidades sociais e resulta primeiro das políticas do estado nacional e, em seguida, do seu questionamento no quadro da defesa da diversidade. Patrimônio cultural associou-se, nos séculos XVIII e XIX com a nação, com a escolha daquilo que representaria a nacionalidade, na forma de monumento, de edifícios ou outras formas de expressão. (PELEGRINI & FUNARI, 2008, p.28).

Assim sendo, se o Patrimônio remete a algo que tem valor concreto e ao mesmo tempo abstrato, entendemos que pode significar algo de importante para um indivíduo, da mesma forma que pode significar algo desinteressante a outrem, ou seja, o que para uns é patrimônio, para outros pode não ser (CORRÊA, 2008; GUIMARÃES, 2012). Portanto, entende-se hoje que o patrimônio natural, patrimônio tangível e patrimônio intangível, bens culturais móveis e bens culturais imóveis são as diferentes categorias apresentadas para distinguir o Patrimônio cultural, baseadas é claro, no significado, no valor, no uso e na apropriação do bem cultural pela sociedade.

1.2 A PRESERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL.

A preservação do patrimônio cultural não se dá espontaneamente, ela necessita do estabelecimento de políticas e estratégias da sociedade para que se possa cumprir seu papel, na qual possibilite a sobrevivência de um patrimônio nas melhores condições possíveis (GUIMARÃES, 2012).

O conceito de preservação tem sido na maioria das vezes, relacionado a uma ação global que vai passar por outras atividades necessárias, como, conservação, documentação, guarda, controle, vistoria, diagnóstico, entre outros, para o combate a deterioração física e química dos *acervos* culturais, buscando retardar e prolongar a sua vida útil (GUIMARÃES, 2012). Para Guimarães o termo *acervos* refere-se aos bens culturais que estão salvaguardados em instituições museológicas, mas a preservação também trata de bens culturais que estão fora dessas instituições, tendo como alvo os prédios históricos, monumentos em praças, sítios arqueológicos, dentre outros. A estes bens culturais externos às instituições, empregam-se

ações de preservação um pouco diferentes, considerando que estão em locais abertos e por vezes sujeitos a destruição por fatores ambientais e antrópicos.

O debate sobre as questões de preservação foram bastante marcantes no século XX, principalmente após o período da Segunda Guerra Mundial, quando bombardeamentos militares destruíram inúmeros monumentos históricos no “Velho Mundo”, situação que gerou preocupações com os bens patrimoniais importantes para a memória das sociedades.

Em virtude das diversas perdas patrimoniais em decorrência da guerra, discussões acerca da preservação possibilitaram o surgimento de instituições internacionais como: a ONU (Organizações das Nações Unidas); a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura); o ICOM (Conselho Internacional de Museus), o ICCROM (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais); e o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

Estas organizações promoveram eventos e encontros entre as nações participantes, cujas discussões resultaram em documentos que visavam orientar a sociedade para a importância da preservação de bens patrimoniais, como, as conhecidas Cartas Patrimoniais, que passaram, dentre outras recomendações, a indicar códigos de posturas internacionais e a orientar a conduta dos profissionais atuantes na área da conservação-restauração, além de proporcionar a ampliação das noções de patrimônio e bem cultural (CALDAS & SANTOS, 2013).

A primeira convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural, foi realizada pela conferência geral da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1972, resultando no reconhecimento da importância da diversidade cultural, declarando os sítios como patrimônio da humanidade, pertencente a todos os povos do mundo. Essa convenção foi assinada por mais de 150 países, retratando que o patrimônio cultural da humanidade compõe-se de (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p.25):

- Monumentos: obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições, cavernas;
- Conjuntos: grupos de construções;
- Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico;
- Monumentos naturais: formações físicas e biológicas;
- Formações geológicas ou fisiográficas: habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção;
- Sítios naturais: áreas de valor científico ou de beleza natural.

A UNESCO lançou diversas campanhas internacionais para a salvaguarda do patrimônio cultural, na Ásia, nos países árabes e na América Latina. Uma das principais preocupações da UNESCO é a catalogação de sítios patrimoniais da humanidade ameaçados de destruição e tráfico ilícito de bens culturais. A chancela da UNESCO atribui aos sítios um status de patrimônio mundial, dando a ele um atrativo cultural e econômico, para regiões e países em que os sítios estão localizados, influenciando o fluxo do turismo cultural e ecológico. Diante disso, o turismo cultural é um dos principais pré-requisitos da classificação de um sítio como patrimônio da humanidade (FUNARI & PELEGRINI, 2006). Porém é importante resaltar que a UNESCO não prevê uma consulta popular ou um planejamento turístico para os patrimônios reconhecidos como da humanidade. Isto ocasiona problemas estruturais, tais como: a falta de segurança; o grande fluxo de turistas; a conservação; a preservação; entre outros.

As abordagens levantadas nos propiciam pensar que a preservação do patrimônio cultural visa à valorização do passado e da memória coletiva, na qual o ato de preservar não abrange somente o lado arquitetônico de um monumento histórico, mas também as diversas relações ligadas às manifestações culturais de cunho material e imaterial relacionadas a um patrimônio cultural que se pretende conservar.

1.2.1 A preservação do patrimônio cultural no contexto da América Latina.

As políticas de preservação do patrimônio cultural nos países da América latina ainda são muito recentes, de certa forma elas surgiram a partir do momento em que a UNESCO reconheceu alguns bens culturais latino-americanos como patrimônio da humanidade. A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos na atualidade constituem premissas básicas sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade. Sobre isso:

[...] A reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade coletiva dos povos e promover a preservação de seus bens culturais - materiais e imateriais - pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social e, ainda, otimizar os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano, através do aproveitamento da infra-estrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turística (FUNARI & PELEGRENI, 2006, p.29).

Em vista disso, levanta-se um questionamento do por que privilegiar a preservação de áreas históricas específicas? Sobre isso Funari e Pelegrini ressaltam que este é um assunto complexo, no qual se percebe que a valorização dos centros históricos não poderia estar dissociada da apreciação do contexto territorial e da paisagem urbana. Nessas últimas décadas, essa questão vem amadurecendo, na qual “ocorreu, como bem lembra Fernando Carrión, simultaneamente à descoberta de novas centralidades e à ampliação da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural” (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p.31).

Então, entende-se que antes o patrimônio se reduzia apenas ao âmbito histórico de uma perspectiva cronológica consistindo de episódios militares ou personagens emblemáticos, que aos poucos se tornou uma visão mais abrangente. Neste sentido, a partir do século XXI a definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões do cotidiano e das realizações intangíveis. Essa abertura temática possibilitou que construções menos prestigiadas e mais populares, como moinhos, mercados públicos ou estações de trem, fossem reconhecidas como patrimônio, incluindo-se nesse campo produções contemporâneas e bens culturais de natureza intangível, como expressões, conhecimentos, práticas, representações e técnicas (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

No contexto da preservação do patrimônio cultural é importante destacar as legislações preservacionistas e os documentos que contribuíram para pensar sobre o assunto na América Latina. Dentre esses documentos estão às cartas patrimoniais e suas proposições que surgem enquanto recomendações para contribuir nas políticas de preservação dos bens patrimoniais, entre as convenções internacionais realizadas ao longo da segunda metade do século XX, acentuaram-se as preocupações com a temática de restauração e com a adoção de normas internacionais de proteção (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

Neste sentido, pode-se citar a Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã, que resultaram de congressos realizados respectivamente em 1964 e 1975. Ambas transmitiram novos parâmetros de análise sobre o patrimônio, na medida em que propuseram a ampliação

do conceito de monumento, recomendando também a preservação de obras consideradas modestas que tenha adquirido significação cultural e proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que apresentam interesse histórico e cultural. Sobre a declaração de Amsterdã esta introduziu:

[...] Orientações para viabilizar a implantação de 'políticas de conservação integrada', inaugurando uma abordagem pautada pela noção do patrimônio à vida social e conferindo ao poder público municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação e aplicar recursos financeiros angariados para esses fins. O documento recomendava ainda o envolvimento da população nos processos de preservação, de modo a garantir maior observância dos valores ligados à identidade microlocal e a evitar a evasão dos habitantes em virtude da especulação. (FUNARI & PELEGRINI, 2006, p. 33).

Outros documentos elaborados foram a carta de Machu Pichu (1977), a Declaração de Tlaxcala (1982), a Declaração do México (1985), que se constituíram como documentos importantes para as políticas de preservação na América Latina. Porém, é preciso ressaltar que as recomendações contidas nas cartas patrimoniais nem sempre foram seguidas à risca pelos países participantes das convenções em defesa do Patrimônio, mesmo estimulando a difusão de experiências distintas (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

Funari e Pelegrini (2006) citam que os antigos núcleos latino-americanos, apesar da heterogeneidade dos contextos históricos, sociais e políticos e urbanos enfrentam problemas comuns, tais como a privatização dos espaços públicos, degradação do patrimônio cultural, precária qualidade de vida, presença predominante de população residente de baixa renda, subemprego, ineficiência nos serviços prestados aos cidadãos e dificuldades de acesso ou ausência de equipamentos urbanos.

Apenas na década de 1980 foi consolidada uma acepção ampliada do conceito de patrimônio, compreendendo o mesmo não só por produções artísticas ou intelectuais reconhecidas, mas entendido também às criações provenientes de cunho popular. Dessa forma, as urgências sociais e carência crônica de recursos dos diversos países da América Latina não dissimularam a importância de se preservar os bens materiais e imateriais que expressassem a criatividade de seus povos, reconhecidas na singularidade da língua, dos ritos, das crenças, dos lugares, dos monumentos históricos e das produções artísticas e científicas. Assim, garantiu-se que o apreço pelo patrimônio cultural estimulava os povos a salvaguardar

sua soberania e independência, reafirmando sua identidade cultural (FUNARI & PELEGRINI, 2006).

1.2.2 As políticas patrimoniais para a preservação de bens culturais no Brasil.

A preservação no Brasil teve ao longo do tempo um tratamento jurídico e político diferenciados que possibilitaram a transformação da cultura em algo a ser valorizado e preservado e, por isso, a proteção dos bens culturais difere daquela dada aos bens de consumo comuns. Dessa forma, a cultura deixa de ser uma representação exclusiva do poder dos Estados que tanto prezaram por suas grandiosas construções, símbolos e ícones (MATTAR, 2012).

Eliana Mattar (2012) discute a respeito da legislação patrimonial no Brasil, afirma que é necessário abordar o desenvolvimento da proteção constitucional referente à cultura e patrimônio no país, elaborando um panorama das constituições e a evolução das mesmas.

A primeira constituição do Brasil ocorreu em 1824, na qual, a concepção de cultura ainda aparece com seu antigo significado relacionada ao termo agrícola, como visto no início deste estudo. A constituição de 1891 foi a primeira republicana, embora não mencione o termo, já se refere ao direito dos autores de obras literárias e artísticas. Na constituição de 1934 o termo cultura aparece de forma mais estruturada, com a sua inclusão no título reservado à família e educação. Na constituição de 1937, a palavra está presente somente no título destinado à educação e a cultura, constando em apêndice do art. 128, que se refere ao ensino da arte e da ciência, que é dever do estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino (MATTAR, 2012).

No século XX ocorre uma relativa aproximação dos significados de natureza e cultura através da legislação cultural, uma vez que o patrimônio natural passa a integrar o patrimônio cultural. Nesse contexto, também passaram a ser preocupações de lei o tombamento de monumentos e paisagens naturais (MATTAR, 2012).

A constituição de 1988, ainda em vigor, possibilitou um grande avanço e ampliação do conceito jurídico de cultura e bens culturais, principalmente quanto aos bens imateriais como tais, constituem importantes segmentos para o patrimônio cultural em seus artigos 215 e 216 (MATTAR, 2012; CORRÊA, 2008). A constituição do patrimônio cultural brasileiro, no seu capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, dispõe:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No art. 216 da Constituição (1988) menciona-se a relação de cumplicidade da comunidade com o poder público no que diz respeito ao zelo e proteção do patrimônio:

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A constituição Federal de 1988 sem dúvida traz uma amplitude no contexto do patrimônio cultural brasileiro, além de tratar da “noção de cidadania cultural, nela estão contidos os direitos culturais de todo cidadão” (CORRÊA, 2012, p. 66). No entanto, isto não é o que muitas vezes acontece em nosso país.

Outro ponto relativo à preservação no Brasil é o anteprojeto de criação do Serviço Federal do Patrimônio Brasileiro- SPAN, que foi elaborado em 1936 pelo escritor Mário de Andrade. Esse importante documento foi encomendado por Gustavo Capanema, que na época era ministro da Educação e da Saúde (MES), ao advogado Rodrigo de Mello Franco de Andrade (CORRÊA, 2008; FUNARI & PELEGRINI, 2006; LACERDA, 2012; JULIÃO, 2006).

Com o surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) pelo Decreto-lei nº25 em 1937, se intensificou a institucionalização de uma política cultural para o Brasil. A proposta do anteprojeto girava entorno da institucionalização de uma política de patrimônio para o país, que abrangesse a diversidade de manifestações culturais brasileiras. Durante trinta anos o SPHAN teve como diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo substituído por Renato Soeiro em 1967. O órgão foi criticado em ambas as direções, pois seguiu uma trajetória diferente daquela proposta por Mário de Andrade no anteprojeto, pois na realidade o que prevalecia era uma política autoritária e nacionalista (JULIÃO, 2006).

Em 1979, o SPHAN foi substituído pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), sob a direção de Aloísio Magalhães que propôs a mudança do nome do órgão. Em sua breve atuação na direção do SPHAN, nos anos de 1979 e 1980, Aloísio Magalhães, determinou novos rumos na história da preservação de bens culturais no Brasil (LACERDA, 2012).

Sob a nova gestão, o IPHAN tentou estabelecer os preceitos que constavam no anteprojeto, reconhecendo a valorização da diversidade cultural, considerando não só as questões materiais, mas também imateriais como os saberes, fazeres e as manifestações culturais da comunidade brasileira. Este órgão criou várias leis, decretos, portarias, regimento interno, publicações entre outras normas, expandindo assim, ações voltadas para o patrimônio cultural e também para as instituições museais no país (JULIÃO, 2006).

Como visto na Constituição Federal, uma das formas de preservação do bem cultural é o tombamento, o qual passa a integrar o patrimônio histórico e artístico brasileiro depois da conclusão da intervenção estatal. O conceito de tombamento e sua forma operante encontra-se no Decreto-lei nº 25 elaborado em 1937 que constituiu o registro de um bem em um dos livros de tomo criados por este decreto. Os livros são classificados pela natureza do bem tombado. O decreto prevê os livros de tomo: arqueológico, etnográfico e paisagístico; Histórico; das Belas Artes; e das Artes aplicadas. A competência de tombamento é de responsabilidade do IPHAN que está vinculado ao Ministério da Cultura (MATTAR, 2012).

Portanto, ao longo de anos, as políticas de preservação de patrimônios no Brasil foram se redefinindo e se desenvolvendo a partir da elaboração de importantes documentos no que tange a proteção, fiscalização e segurança no tratamento do patrimônio cultural em suas diversas manifestações.

1.3. A RELAÇÃO INTERDISCIPLINAR ENTRE MUSEOLOGIA E ARQUEOLOGIA NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Pensar sobre os diálogos que permeiam a Museologia e a Arqueologia requer primeiramente entender, respectivamente, os aspectos existentes no campo teórico-metodológico. Nesse sentido, esta unidade busca refletir acerca dos conceitos básicos e a relação das duas áreas abordadas, trazendo à tona o pensar preservacionista sobre o patrimônio cultural arqueológico.

Na interface entre a Museologia e a Arqueologia, pontua-se que alguns autores interessados no assunto trabalham a temática há bastante tempo em suas pesquisas, como por exemplo, Maria Cristina Oliveira Bruno, Camila Azevedo de Moraes Wichers e Carlos Alberto Santos Costa. Estes autores fundamentarão esta reflexão, principalmente no que se refere à relevância interdisciplinar entre as duas áreas abordadas.

Sobre a abordagem da interdisciplinaridade⁷ não iremos nos adentrar profundamente no assunto, pois este é bastante complexo. Entretanto, tomamos o conceito de Carlos Alberto Costa (2008), no qual afirma que interdisciplinaridade “afigura a existência de intercâmbio de profissionais de diferentes campos do conhecimento, que atuam conjuntamente numa verdadeira sinergia em prol de um fim em comum” (p.1). A partir do pensamento de Costa (2008), entendemos que a percepção interdisciplinar pode atuar não só no campo teórico, mas também no campo prático, pois “a interdisciplinaridade se desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas” (FAZENDA, 2012, p.29).

No caso da Museologia e da Arqueologia, ambas possuem um caráter interdisciplinar. Os diálogos entre as duas abrangem diversas áreas do conhecimento em seus campos de pesquisas. Ambas possuem em comum o papel de responsabilidade social, uma vez que lidam com o Patrimônio Cultural de uma determinada comunidade, no que diz respeito, aos bens culturais que representam a memória, cultura e identidade. Para o

⁷ Ivani C. Arantes Fazenda discute sobre as teorias da interdisciplinaridade e as pesquisas que tratam do tema em seu livro intitulado “*Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*”, 2012. A autora explicita as fases e as contradições próprias do movimento, apontando as principais dicotomias que dele emergem e a forma como os estudos e as pesquisas sobre interdisciplinaridade vêm enfrentando tais dicotomias, envolvendo uma reflexão profunda sobre os impasses vividos pela ciência.

desenvolvimento de tal reflexão é necessário delinear alguns dos conceitos para melhor entendimento das trajetórias das duas áreas.

A Arqueologia⁸ é a ciência que estuda o homem por meio de sua cultura material, ou seja, “[...] aquele segmento do universo físico que é socialmente apropriado pelo homem e que engloba tanto objetos, utensílios, estruturas como a natureza transformada em paisagem e todos os elementos bióticos e abióticos que integram um assentamento humano” (MENESES 1987, p.186, apud WICHERS, 2008).

A Museologia⁹ está alocada na área das ciências sociais aplicadas, podendo então, dentro de seu campo de conhecimento, “colaborar com a sociedade contemporânea na identificação de suas referências culturais, na visualização de procedimentos preservacionistas que transformem em herança patrimonial e na implementação de processos comunicacionais que contribuam com a educação formal” (BRUNO 1997, p. 3, apud WICHERS, 2008).

Entende-se que “[...] no universo do patrimônio arqueológico os próprios patrimônios são vestígios trazidos à tona através das pesquisas arqueológicas, e por outro lado, constituídos de tal valor pelos próprios propulsores de tais interpretações, os arqueólogos.” (COSTA, 2004, p. 4). Dessa forma, pode-se dizer que todo o acúmulo de materiais produzidos pelo homem faz parte do universo de análise da Arqueologia, compreendendo desde o menor objeto até a maior modificação que se possa observar na paisagem, assim na materialidade da cultura estas criações humanas são patrimônios culturais (COSTA, 2004).

Neste viés considera-se que a Arqueologia trabalha com “o mundo dos objetos” e das relações sociais relacionadas à produção, uso e descarte de tais objetos, e a Museologia, compreende, teoriza e sistematiza a especificidade existente entre a relação do homem com os objetos. Neste contexto, a Museologia está relacionada à administração da memória, sendo dessa forma, fundamental para a preservação do patrimônio cultural arqueológico (WICHERS, 2011). Além disso, ressalta-se a inserção da Museologia no cenário da educação

⁸ A etimologia da palavra “Arqueologia” vem do grego *arkhaiología* (*arkhaiós*, antigo; *logía*, discurso, tratado), significando a “ciência ou estudo das coisas antigas”. O vocábulo surgiu no final do século XVI e estava relacionado ao estudo das antiguidades clássicas ou dos monumentos pré-históricos que existiam em países europeus. Com o passar do tempo, a partir da evolução dos métodos, o termo passou a ter uma significação mais precisa (BARRETO, 2010).

⁹ Etimologicamente, a palavra Museologia significa “o estudo do museu” (do grego *museion*, o templo das musas) e não a sua prática— que no caso remete à “museografia” (DESVALLÉS & MAIRESSE, 2013).

para o patrimônio, ações e estratégias utilizadas com objetivo de preservação e comunicação da herança arqueológica para as gerações futuras (BRUNO, 2013).

As citadas áreas possuem diferentes formas de operar a cultura material, cada uma com seus métodos e procedimentos próprios, como por exemplo, a documentação que nas duas áreas se difere, pois, existe uma documentação específica da Arqueologia e outra específica da Museologia, mas não significa que uma não possa se interligar ao trabalho da outra (LEAL, 2011).

De fato, não é exagerado dizer que a Museologia e a Arqueologia se complementam desde suas mais remotas origens (SANCHES, 2009). Dessa forma, é necessário apresentar um breve histórico da relação entre as duas disciplinas.

Há cerca de dois mil e seiscentos anos, na Babilônia, a princesa Bel- Shalt- Nannar teria construído o primeiro “museu de antiguidades” de que se tem conhecimento, a partir de uma pequena coleção de artefatos com inscrições. Assim, a busca e o entendimento da cultura material, bem como o ordenamento compreensivo de sua apresentação a um determinado público já caracterizavam como ações entrelaçadas (SANCHES, 2009).

No século XVI, a partir da influência do Renascimento, o homem retoma nas artes os aspectos que remetem aos modelos da antiguidade clássica e a partir disso começa a colecionar objetos referentes a eles. Os objetos arqueológicos já estavam presentes nessas coleções (JULIÃO, 2006).

Em várias circunstâncias, a relação museologia-arqueologia parece ter sido restabelecida, seja no âmbito aristocrático, como nos gabinetes de curiosidades¹⁰ que se multiplicaram pela Europa até meados do século XVIII, assim como nos projetos nacionalistas que conduziram o interesse pelo patrimônio cultural desde a Revolução Francesa (SANCHES, 2009).

No século XIX ocorrem em grande parte dos museus atribuições de práticas que objetivavam a organização das coleções existentes nos gabinetes de curiosidades e dos novos acervos em formação provindos das colônias ultramarinas, da costa do mediterrâneo e do oriente médio (SANCHES, 2009). Segundo a museóloga Maria Cristina Bruno, os museus do

¹⁰ Os *Gabinetes de Curiosidades*, locais onde eram reunidas antiguidades clássicas e curiosidades naturais, como fósseis e corais, além de objetos etnográficos recolhidos por aventureiros e viajantes. (MAIA, 2007, p. 375)

século XIX foram reconhecidos como centros de estudo e ensino, dando início ao estabelecimento de:

[...] Um modelo institucional hegemônico, organizado a partir do entrelaçamento e dependência entre um edifício, as ações técnicas e científicas de pesquisa (diferentes campos de conhecimento), salvaguarda (conservação, documentação e armazenamento) e comunicação (exposição, ação educativo-cultural) e o potencial do público (BRUNO, 2009. p. 18).

No Brasil, as práticas museológicas e arqueológicas surgiram no período imperial, trazendo fortes ligações com os discursos que defendiam “as origens nobres do poder colonial” (SANCHES, 2009). Segundo André Prous (1992), sobre a arqueologia brasileira, verificou-se significativas mudanças que ocorreram desde a vinda da corte portuguesa no início do século XIX, gerando influências no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no país. Citando exemplos, temos a exploração territorial que deixa de ser algo apenas dos bandeirantes interessados nas riquezas naturais e passa a ser utilizado pelos naturalistas estrangeiros em suas pesquisas, analisando a natureza local e os grupos indígenas, apresentando por estes, uma nova visão sobre as populações tradicionais, atribuindo um grande valor para o estudo científico, resultando, desta forma, na formação das primeiras coleções arqueológicas (LEAL, 2011).

Conforme Barreto (2000) os primeiros museus brasileiros com acervos arqueológicos foram o Museu Paulista, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Nacional, os quais foram decisivos para o desenvolvimento da Arqueologia no país, pois foi dentro dos museus que a pesquisa e teoria foram desenvolvidas.

No século XX, ocorre uma maior valorização das questões preservacionistas, gerando uma preocupação com o patrimônio nacional, como foi abordado no início deste capítulo. O patrimônio arqueológico passa a integrar o patrimônio histórico e artístico nacional através do Decreto Lei nº 25 de 1937.

Sobre a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro, temos ainda o estabelecimento da Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 (também conhecida como a Lei do Sambaqui). Este documento dispõe de definições acerca dos Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos, bem como disposições a respeito de sua proteção no território nacional.

A respeito da proteção e gestão do patrimônio arqueológico, ressalta-se a Carta de Lausanne (1990) como um importante documento, na qual foi elaborada pelo Comitê Internacional para Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM) na cidade de Lausanne, na Suíça e organizado pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). Esta carta emite princípios aplicáveis ao inventário, prospecção, escavação, documentação, pesquisa, preservação, conservação, reconstituição, informação, exposição e apresentação ao público e uso do patrimônio arqueológico, assim como a definição das qualificações que são necessárias aos profissionais responsáveis pela proteção patrimonial (ICOMOS, 1990). O documento ainda estabelece diretrizes em relação à preservação do patrimônio arqueológico e a participação da comunidade:

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas às vezes em que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Esta participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de “conservação integrada”. (ICOMOS, 1990, p. 2).

Desta forma, a carta destaca que para o envolvimento e a participação da população local deve ser estimulado como meio de ação para a preservação do patrimônio arqueológico. Em alguns casos, pode ser recomendável “[...] confiar à responsabilidade da proteção e da gestão dos monumentos e dos sítios às populações autóctones” (ICOMOS, 1990, p.5).

Portanto, pensando na relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arqueologia, percebe-se que ambas trabalham com a cultura material, que engloba objetos e artefatos que compõe o patrimônio cultural arqueológico e museológico (LEAL, 2011). Entende-se que os diálogos da Museologia e Arqueologia estão centrados principalmente em uma relação notavelmente necessária para a preservação e socialização dos bens culturais.

1.4. MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA.

A Museologia, em meados do século XX se caracteriza por uma mudança de pensamento no campo, na qual os museus passam a atentar para a sua função social, passando a ser considerados como ambientes de aprendizado e não somente de guarda e deleite. O museu passa a incorporar novas técnicas comunicativas em suas exposições, ações educativas e inclusivas destinadas à sociedade, possibilitando a participação interativa nos espaços museológicos e sua apropriação em relação aos bens patrimoniais (LEAL, 2011).

A transformação ocorrida no modo de gerir nos museus após os anos 80 foi influenciada pelos conceitos da Nova Museologia¹¹ propondo a socialização da informação, bem como a construção de discursos com a sociedade e a participação nos processos museais (LEAL, 2011).

Nessa perspectiva, o patrimônio dentro do âmbito museológico, busca torná-lo musealizado¹² para adquirir elementos cruciais na gestão e extroversão dos bens. Em meio a isso, a Musealização é uma ferramenta extremamente importante e “deve ser aplicada a qualquer realidade museológica, inclusive em museus de Arqueologia” (LEAL, 2011, p.20).

Na Museologia o termo musealização corresponde aos processos de valoração do objeto/documento consistindo em ações de preservação. E ação de musealizar, enquanto processo científico é composto por procedimentos básicos, pelos quais um bem (material ou imaterial) adquire o *status* de patrimônio correspondendo a “[...] aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação” (CURY, 1999, p. 50).

Na Arqueologia, a musealização já se inicia no próprio sítio, a partir do trabalho das escavações, no cuidado com a coleta dos materiais, no que tange a sua conservação, a documentação e aos dados relacionados ao contexto em que os objetos são encontrados, que

¹¹ O Movimento Internacional da Nova Museologia surgiu no Canadá, em Quebec, no ano de 1984, este foi influenciado pelas novas discussões realizadas na área tendo como foco principal a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), promovida pela UNESCO. Nela foram colocadas em contraponto as práticas tradicionais, que valorizavam a exposição e a preservação das coleções como finalidade de um museu, e pensaram em uma redefinição do papel do museu tendo como ponto principal o público usuário, visando mudanças sociais, como um lugar de construção crítica. (JULIÃO, 2006; LEAL, 2011).

¹² Derivado de musealização, que é equivalente em francês: *muséalisation*; inglês: *musealisation*; espanhol: *musealización*; alemão: *Musealisierung*; e italiano: *musealizzazione* (DESVALLÉS & MAIRESSE, 2013).

serão importantes para a fase de análises arqueológicas e para o trabalho nos museus. Dessa forma, é necessário que haja um cuidado com o trabalho realizado desde o campo até chegar às instituições museológicas, tendo em vista não prejudicar os processos de musealização do acervo (LEAL, 2011).

Sobre a musealização de sítios arqueológicos, reflete-se que a mesma pode atuar como um instrumento de transformação desses espaços (WICHERS, 2011). Embora muitos sítios estejam respaldados pela legislação de preservação e proteção do patrimônio arqueológico, há vários casos de sítios depredados e abandonados em todo o território nacional, devido a problemas de gestão dos órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção. Nesse contexto, a musealização é de extrema importância para os sítios arqueológicos, não só para a sua preservação, mas também para a socialização deste patrimônio, visto que é capaz de atuar como mediadora da produção de conhecimento arqueológico, possibilitando a interpretação e a interação da sociedade com este patrimônio arqueológico (BRUNO, 2005).

Segundo Wichers (2011) no âmbito nacional ao longo das duas últimas décadas, a consolidação da legislação ambiental impulsionou o crescimento de projetos de salvamento arqueológicos no campo de empreendimentos de natureza diversa. Estes projetos que correspondem a grandes acervos significativos (tanto quantitativo e qualitativo) podem e devem ser alvo de processos de musealização, assim como os sítios de onde provém.

No entanto, a relação entre Museologia e Arqueologia no Brasil ainda revela um distanciamento nas questões teóricas e práticas, consistindo em certo abandono constatado pela falta de articulação entre as formações profissionais e acadêmicas (BRUNO, 2013).

Para Carlos Alberto Santos Costa (2009) os principais distanciamentos do trabalho do arqueólogo e do museólogo ocorrem por agirem separadamente, a dificuldade de diálogo e aos processos museológicos de construção de sínteses do conhecimento (por meio de exposições e catálogos) que acabam sendo deficitários. Então é preciso que haja diálogo tanto na participação de museólogos na coleta sistemática de materiais arqueológicos que irão integrar acervos museais, quanto na participação de arqueólogos na produção dos processos museais das instituições, sobretudo relacionados à documentação, conservação preventiva, acondicionamento e difusão social, assim, é preciso estabelecer uma relação de troca na musealização da arqueologia.

Diante disso, é notória a necessidade de haver um diálogo entre as duas áreas, visto que esta relação vai além dos objetos, refletindo também na responsabilidade com a sociedade em participar do patrimônio e em conhecê-lo. Sob essa perspectiva, da relação entre comunidade e patrimônio cultural arqueológico abordaremos nos próximos capítulos, reflexões direcionando para a preservação do Sítio Histórico do Engenho Murutucu, bem como as possíveis estratégias de preservação, divulgação da história e socialização do mesmo para a comunidade que vive no entorno.

CAPÍTULO II

2. SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU: UM IMPORTANTE PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE BELÉM.

2.1 O ENGENHO MURUTUCU: A TRAJETÓRIA DE UM MONUMENTO DO PASSADO AO PRESENTE.

Os engenhos de cana-de-açúcar são unidades de produção que representam um exemplo material da ação mercantilista europeia expandida no ocidente a partir do século XV. Este sistema de indústria manufatureira se baseou no escravismo, e foi um elemento determinante na política de povoamento do Novo Mundo (MARQUES, 2004).

Na região amazônica houve diversos engenhos, desempenhando o poderio econômico da época. Dentre estes está o Engenho Murutucu¹³ que foi um dos mais prósperos engenhos de açúcar e aguardente surgidos no século XVIII (ou XVII conforme as últimas pesquisas arqueológicas na área) na região Amazônica. As origens históricas sobre este engenho ainda apresentam certas lacunas que as pesquisas dos historiadores buscam responder. Mas tomaremos aqui um histórico a partir da bibliografia já produzida sobre o engenho.

De acordo com Donato Mello Júnior (1974) o Engenho Murutucu foi fundado por João Manuel Rodrigues, em terras pertencentes à sua esposa Maria Rodrigues Martins. Entretanto, a informação mais antiga do surgimento do Engenho Murutucu data de 1711 quando os frades carmelitas construíram a primeira capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal (MARQUES, 2004; WATRIN & HOMMA, 2007; MELLO JR, 1974).

¹³ A palavra murutucu remete a uma corruptela do canto da Coruja, “Murtucu”. Em alguns documentos históricos “o nome murutucu aparece também sob as formas de murtucu, morticu e murucutu” (MELO JR, 1974, p. 245).

Segundo o historiador paraense Ernesto Cruz (1948), o Engenho Murutucu se iniciava no igarapé Tucunduba e terminava no igarapé Uriboca, onde se encontravam as terras da fazenda Utinga. Essas características foram referidas pelo tabelião Celso C. da Cunha, na escritura de venda do referido imóvel, lavrada em 9 de dezembro de 1882. De acordo com Ernesto Cruz, inicialmente as terras do engenho não eram tão extensas. Em 1795, o brigadeiro graduado e tenente coronel da milícia João Antônio Rodrigues Martins, que exercia nesse período o importante cargo de diretor geral do Arsenal da Marinha de Belém, vendeu à D. Ana Dionísia da Silva, meia légua de terras, adjacentes à fazenda Murutucu pelo valor de quatrocentos mil réis. Posteriormente, essa área foi incorporada ao engenho.

Os poucos documentos em imagem que revelam algo sobre o espaço do Engenho Murutucu estão dispostos em duas fotografias (figuras 1 e 2) registradas pelo fotógrafo e artista Felipe Augusto Fidanza, em 1860. A partir dessas imagens é possível visualizar construções existentes no local do Engenho.

FIGURA 1. Fotografia Histórica do Engenho Murutucu.



FONTE: Fotografada por Felipe Augusto Fidanza em 1860. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/TH_christina/icon827027.jpg. Acessado em: 26 de outubro de 2014.

FIGURA 2. Fotografia Histórica do Engenho Murutucu.



FONTE: Fotografada por Felipe Augusto Fidanza em 1860. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/TH_christina/icon827023.jpg
Acessado em: 26 de outubro de 2014.

O primeiro registro oficial do Engenho Murutucu ocorre por volta do ano de 1750, neste período o engenho estava em posse de José Borges Valério, que exerceu o cargo de ouvidor-mor por quase toda a primeira metade do século XVIII (MARQUES, 2004). Após a morte do proprietário, o engenho seria transferido para Domingos da Costa Bacelar, de acordo com o que consta em uma relação de engenhos da comarca de Belém, que foi datado de 1760 (WATRIN & HOMMA, 2007).

Em 1766, o engenho Murutucu foi adquirido por Antonio José Landi (1713-1791), arquiteto italiano, que chegou ao Brasil como integrante da Comissão de Demarcação de limites da Amazônia¹⁴ em 1753, constando na propriedade “setenta pessoas, entre índios, índias e rapazes nascidos no dito engenho” (MARQUES, 2004, p.81). Landi foi o precursor do estilo Neoclássico no Brasil, possuindo inúmeros projetos, destacando-se principalmente como referências na arquitetura da cidade de Belém, tendo como exemplos, o Palácio Lauro Sodré, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Sant'Ana, a Catedral de N.Sra. das Graças, e a

¹⁴ Comissão criada pelo governo português com o objetivo de revisar fronteiras entre as colônias de Portugal e Espanha na América do Sul, conforme determinação do tratado de Madri, de 1750. (WATRIN & HOMMA, 2007, p.22)

capela de São João (MELLO JR, 1974). Landi também foi responsável em 1762 pela reforma da Capela do Engenho já existente, na qual, o arquiteto incorporou os traços marcantes do Neoclassicismo, estilo artístico em vigor na Europa. Segundo a descrição feita por Mello Júnior, sente-se a presença de Landi na capela (figura 3) “no classicismo do traço, no ar paladiano de arquitetura erudita, nos arcos, nas colunas dóricas, na composição das sobreportas com um ornato em medalhão circular” (1974, p. 247). Conforme Fernando Marques (2004) a arquitetura da Casa Grande também apresentava elementos decorativos, como molduras e frisos, semelhantes aos presentes em várias edificações de autoria de Landi, na cidade de Belém (MARQUES, 2004).

FIGURA 3. Elementos decorativos, em frisos e medalhão na entrada principal da Capela do Engenho Murutucu.



FONTE: MARQUES, 2004, p.130.

Em 1780, Landi passou por dificuldades em obter mão-de-obra para realizar as atividades do engenho, como por exemplo, a plantação de um novo canavial. Devido a isso solicitou ao reino a concessão de até 24 índios para suprir as necessidades. Apesar disso, chegou a produzir açúcar e aguardente, e colocou em atividade uma olaria para fabricação de telhas e tijolos na área do engenho (MARQUES, 2004). Documentos recentemente

encontrados revelaram que Antonio Landi morreu no próprio local do Engenho, em 22 de junho de 1791 (PAPAVERO, 2002, apud MARQUES, 2004).

Na década de 1780, a propriedade do engenho passaria para o tenente-coronel de milícia João Antônio Roiz Fernandes Martins, marido de Ana Teresa, filha de Landi, ele era latifundiário e integrante da elite local, que ocupou diversos cargos na administração do governo na época do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Com a morte de João Antônio Martins, em 1820, a propriedade passa para sua filha Ângela Joana Pereira Martins, casada com o tenente coronel de 1ª Linha, Francisco Marques d'Elvas Portugal. (MARQUES, 2004; WATRIN & HOMMA, 2007).

No ano de 1835 o Engenho Murutucu esteve relacionado ao Movimento da Cabanagem (1835-1840), quando o local temporariamente foi utilizado como um acampamento das tropas dos revoltosos liderados por Manuel Vinagre, Eduardo Angelim e Geraldo Gavião, que eram os comandantes da revolução cabana. Em 14 de agosto de 1835, a partir de uma caminhada no terreno do engenho murutucu, foi iniciada a segunda invasão de Belém pelos cabanos (MARQUES, 2004). Segundo Mello Júnior (1974) no decorrer dos acontecimentos cabanos, o engenho provavelmente estava abandonado, sendo por esse motivo requisitado pelo cabano João Antônio Sete para servir de moradia para seus familiares. Dessa forma, conforme Mello Júnior esses fatos contribuíram para a decadência do engenho e das próprias edificações, incluindo a capela reformada por Landi.

Em 1841, depois da morte de Francisco d'Elvas Portugal o engenho foi comprado por Henrique Antonio Strauss. Em meio à documentação de venda do Engenho para seu novo proprietário, encontram-se os seguintes bens registrados: uma casa de vivenda, casa do engenho, rancho dos pretos (senzala), roda d'água, moendas de ferro, uma máquina a vapor, serraria, alambique, tachas de ferro, balança etc. O documento descreve também os pertences litúrgicos da capela de Nossa Senhora da Conceição, e cita ainda, a existência de 48 escravos. (MARQUES, 2004; WATRIN & HOMMA, 2007; MOREIRA, 2010).

Por volta de 1850, o sítio encontrava-se em estado de abandono, segundo testemunhou o viajante norte-americano John Esaias Warren, que teria visitado o engenho, ressaltando-o como “misteriosas ruínas” (CRUZ, 1963 apud MARQUES, 2004). Warren em seu livro sobre as viagens que realizou no Grão-Pará, intitulado “*Pará: scenes and adventures on the Banks of the Amazon*”, relatou em suas anotações “uma velha e destruída fazenda, inteiramente sepultada na solidão agreste da mata” (TOCANTINS, 1976 apud WATRIN &

HOMMA, 2007). Esta descrição, considerada como a primeira do Engenho já em ruínas, constitui um dos poucos registros de viajantes que passaram pelo local (MELLO JR, 1974).

Em 1861, o Engenho Murutucu passou ao domínio dos herdeiros do comendador Vicente Antônio de Miranda. Posteriormente, em 1872, o engenho passa a ser explorado pelas firmas Serzedelo & Farias Vivas, de propriedade dos sócios, José de Carvalho Sezerdelo e Leonardo Augusto de Faria Vivas. Em 1884, o engenho estava sobre propriedade da firma Frederico Pond, Emílio Martins & Cia., que solicitaram uma nova demarcação da velha sesmária, correspondendo nesta ocasião a uma área de 3.844,52 ha, na forma de um polígono irregular de sete lados. O longo processo de decadência da propriedade potencializou pela perda de mão-de-obra escrava, que era a base do empreendimento, ocorrida a partir da abolição da escravatura no ano de 1888. (WATRIN & HOMMA, 2007)

A partir de 1940, o sítio tornou-se patrimônio da União ao ser incorporado pelo antigo Instituto Agrônomo do Norte, atualmente EMBRAPA, que lá implantou um campo experimental de práticas agrícolas (MARQUES, 2004).

Diante de sua importância histórica, considerado palco de acontecimentos importantes de nossa região, e também pelas suas características arquitetônicas e paisagísticas, o Engenho Murutucu tornou-se um monumento tombado em 08 de outubro de 1981 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (na época ainda SPHAN). (Anexo A).

O Engenho Murutucu possui vários elementos indicadores para o conhecimento da história e da cultura de Belém, apontando aspectos da feição desta cidade, refletindo, também, os ideais civilizatórios europeus à época de sua fundação, como por exemplo, os traços arquitetônicos de Landi, cuja, presença foi importante no contexto das transformações e contribuições arquitetônicas e urbanísticas incorporadas a Belém. (MOREIRA, 2010).

Portanto, o Engenho Murutucu é um marco histórico da cultura local, relacionado de “forma efetiva ao processo de desenvolvimento da cidade de Belém, tanto em relação aos aspectos econômicos, como aos aspectos de estruturação do espaço urbano e do seu acervo arquitetônico” (MOREIRA, 2010, p. 67). Este monumento histórico está localizado (ver figuras 4 e 5) nas imediações periféricas do município de Belém, na margem esquerda do igarapé do Murutucu, afluente do rio Guamá, limitando-se a oeste pelo igarapé e ao leste pela Rodovia Murutucu, antiga estrada da CEASA. Atualmente o engenho está sobre

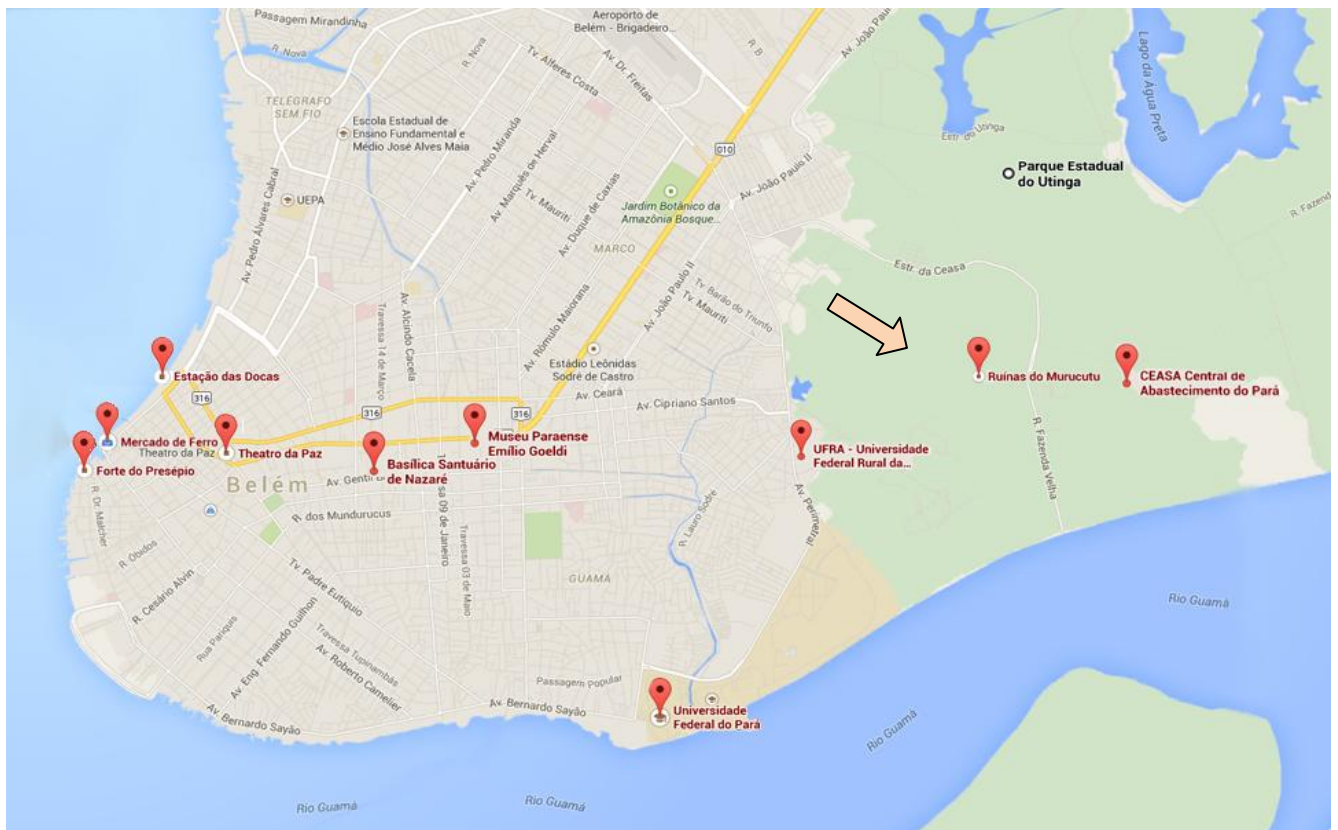
responsabilidade da Embrapa Amazônia Oriental. Sua área possui um terreno de forma quadrangular, apresentando dimensões aproximadas de 120.000m² (MARQUES, 2004).

FIGURA 4. Mapa de localização geográfica do Sítio Histórico do Engenho Murutucu.



FONTE: MARQUES, 2004, p. 125.

FIGURA 5. Localização do Sítio Histórico do Engenho Murutucu e outros pontos de valor histórico e cultural de Belém-PA.



FONTE: Google Maps, 2014.

No Sítio Histórico do Engenho Murutucu, hoje restam apenas os remanescentes das construções do local, dentre elas as ruínas da capela (figura 6) que é a única edificação que ainda se encontra de pé, haja vista que quase todas as paredes remanescentes da casa grande, anexas à capela foram destruídas em 1995 pelas inconseqüências do homem¹⁵ (MARQUES 2003, apud WATRIN & HOMMA, 2007), e ainda edificações remanescentes da casa do engenho, da chaminé e das obras hidráulicas do sistema motriz na extensão do terreno. Grande parte da degradação sofrida pelas ruínas da capela e da chaminé deve-se além dos fatos históricos e do tempo, aos apuzeiros¹⁶ que com seus “tentáculos vegetais” envolve, prende, e rasga as paredes, sendo este responsável pela perda total do telhado, mas ao mesmo tempo em que é destruidor também as protege e possibilita a fixação da construção.

¹⁵ Durante os trabalhos de manutenção da Rodovia de Murutucu, um operário da empresa contratada para realizar o serviço entrou no local com um trator e derrubou as paredes da casa grande com o objetivo de conseguir pedras para recapeamento da via, ou “tapar os buracos da estrada”.

¹⁶ *Ficus gomelleira* Kunth & Bouché, espécie epífita estranguladora da família das moráceas.

FIGURA 6. Vista da fachada das Ruínas da Capela do Engenho Murutucu.



FONTE: Acervo fotográfico particular de Luciana Azulai, 2014.

Apesar de estar em uma área de proteção ambiental (APA), ser propriedade de órgão público e tombado como patrimônio histórico, condições que deveriam garantir sua proteção e conservação, o monumento encontra-se em estado de abandono e por falta de segurança tem sido alvo de depredação. De acordo com o pensamento de Moreira (2010) podemos compreender que “o tombamento de um patrimônio material não garante a integridade física de um bem patrimonial e nem se transforma automaticamente em um instrumento de preservação cultural para sua comunidade” (p.76).

Com relação à conservação do Sítio Histórico do Engenho Murutucu, foi fixada apenas uma placa de sinalização pública próxima às ruínas da capela (figura 7) indicando a arquitetura histórica. No local a vegetação cresce rapidamente e a falta de manutenção periódica no terreno dificulta o acesso ao sítio. Dessa forma, além de deixar o sítio desprotegido não se tem dado a importância aos seus vestígios que representam os aspectos econômicos, sociais e arquitetônicos, e nem a própria paisagem natural do qual faz parte sua história. Além disso, apesar do sítio se encontrar em local urbano, não se tem uma divulgação do mesmo para a sociedade, não há iniciativas de programas de desenvolvimento local e muito menos de ações patrimoniais que comportem práticas educativas, de lazer e turismo.

FIGURA 7. Vista Lateral das Ruínas da Capela do Engenho Murutucu.



FONTE: Acervo fotográfico particular de Luciana Azulai, 2014.

Mediante a isso, é notável a necessidade de políticas públicas efetivas que sejam postas em prática, tendo as instituições de primeiras instâncias a exercer ações de proteção e gestão dos bens patrimoniais, preocupando-se com a necessidade da introdução da sociedade na relação patrimônio e preservação, através de um processo educativo e de socialização para as comunidades residentes nas proximidades do sítio, com o intuito de garantir a sua contribuição no processo de preservação patrimonial. Esta discussão será abordada no capítulo III deste estudo.

2.2 AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU.

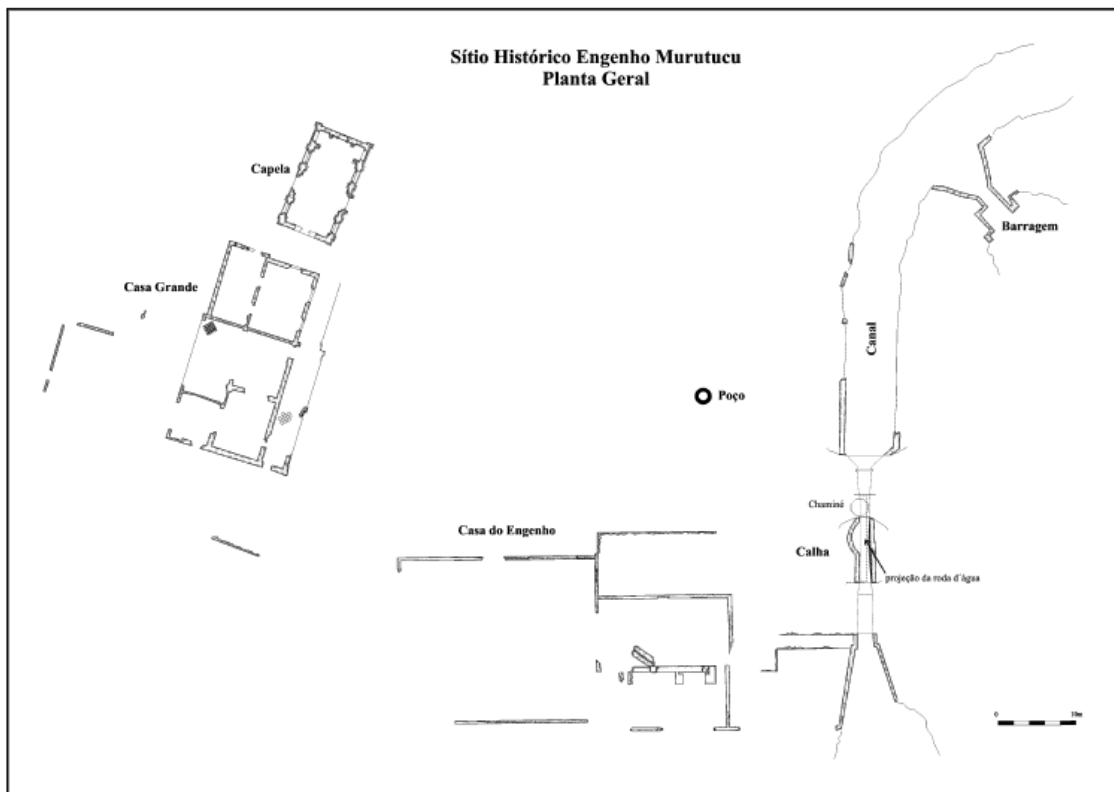
No estudo arqueológico, os engenhos constituíam-se em espaços nos quais havia a interação de grupos sociais de origens e culturas distintas, como proprietários colonos,

religiosos, militares e civis portugueses, que utilizavam como base a escravidão dos índios de diversas etnias, e negros provenientes de diferentes regiões da África (MARQUES, 2004). Neste contexto, a Arqueologia objetiva através das pesquisas, estudar a cultura material desses espaços remanescentes do passado, de modo a compreender as relações sociais decorrentes nestes locais.

No Sítio Histórico do Engenho Murutucu para obter informações sobre a organização do seu espaço foram realizados levantamentos arquitetônicos no local, dos quais resultaram na identificação dos elementos naturais em conjunto com as estruturas arqueológicas remanescentes, correspondendo aos materiais de paredes procedentes das antigas construções. Na área do sítio também tem sido realizadas escavações arqueológicas, objetivando identificar a sequência cronológica registrada no local, por meio da interpretação da cultura material referente às atividades cotidianas dos habitantes do engenho em seus diversos espaços (MARQUES, 2004).

De acordo com o arqueólogo Fernando Marques (2004) sobre a organização espacial no terreno do sítio, observa-se a configuração de várias áreas, definidas conforme a sua função no contexto do engenho. As evidências visíveis em superfície foram na maioria das vezes levadas em consideração, algo importante para o estudo arqueológico, assim, os levantamentos arquitetônicos realizados possibilitaram a elaboração de uma planta geral que demonstra a configuração do engenho, permitindo em sua organização espacial a disposição dos seguintes elementos: Sistema Motriz, Casa do Engenho, Casa Grande e a Capela. Como demonstra a figura a seguir (figura 8).

FIGURA 8. Planta geral do Sítio Histórico do Engenho Murutucu.



FONTE: MARQUES, 2004, p.127.

Com relação às pesquisas arqueológicas realizadas no sítio a primeira escavação registrada ocorreu em 1986, e correspondeu às atividades práticas de um Curso sobre Arqueologia Histórica, ministrado pela professora e arqueóloga Margarida Andreatta da Universidade de São Paulo (USP) com o apoio do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Na intervenção foram escavadas sete unidades localizadas no interior da Capela e também na Casa Grande (MARQUES, 2004).

As escavações ocorreram principalmente no espaço interno da capela com abertura de quatro unidades, uma no canto interno nordeste da casa grande e duas trincheiras na parte externa da capela e da casa grande. As unidades escavadas tiveram como principal objetivo identificar as técnicas construtivas das edificações, em vista disso foram pesquisados pisos e alicerces internos e externos das construções. Nesta intervenção foram coletados uma variedade de vestígios como fragmentos de louça, vidro e metal, bem como a identificação de materiais construtivos como telhas e tijoleiras (COSTA, 2013; MARQUES, 2004).

A segunda escavação foi realizada nos anos de 1996 e 1997, ocorrida novamente na área interior da capela e da casa grande, por meio de pesquisa de salvamento arqueológico, tendo a participação do arqueólogo Fernando Marques e o apoio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Segundo Marques (2004) as atividades desta escavação fizeram parte de uma ação compensatória em virtude da completa demolição das paredes remanescentes da casa grande, em dezembro de 1995. A situação se agravou durante as fortes chuvas ocorridas na época, tendo como consequência a queda de duas grandes árvores no local. Dessa forma fez-se necessário promover pesquisas no espaço. Na capela foram feitas a coleta de materiais construtivos e domésticos e na casa grande foram identificados os pisos compostos por ladrilhos cerâmicos ou tijoleiras com diferenciação entre os cômodos, e outras técnicas construtivas com uso de tijolos e telhas. Os materiais coletados nessa escavação foram identificados como instrumentos agrícolas, armarias e utensílios domésticos¹⁷ (COSTA, 2013; MARQUES, 2004).

Em 2000 as pesquisas arqueológicas foram retomadas por Fernando Marques, desta vez contando com o apoio do geólogo José Barradas. No trabalho foram empregados métodos de prospecção geofísica, com utilização de um magnetômetro de próton na área do Largo, próxima às ruínas da capela. A área pesquisada foi delimitada a norte pela capela e casa grande, a oeste pela fábrica e ao sul pela calha, apresentando diversas áreas de concentração das isolinhas e, portanto possíveis zonas de interesse arqueológico. O objetivo foi verificar eventuais anomalias na constituição do solo que pudessem sugerir locais potenciais para descoberta de novos vestígios, como alicerces ou concentrações de fragmentos. Esta prospecção resultou numa área escavada de 2m x 2m, revelando fragmentos de vasilhas e louças, e também de materiais construtivos (MARQUES, 2004; MELO 2007; COSTA, 2013).

As pesquisas de Fernando Marques também identificaram que o sistema motriz de maré utilizado no engenho constituía-se de um canal de adução, uma barragem, um reservatório, e uma calha onde existia uma roda d'água que se atrelava à moenda. Da mesma forma a área da casa do engenho ou fábrica de açúcar e aguardente situada na lateral norte da calha com aproximadamente 60m x 40m, assim como a área da casa grande que possui aproximadamente 17m x 30m, e da capela com 14m x 5m (COSTA, 2013; MARQUES, 2004).

¹⁷ Utensílios de cozinha característicos do período colonial como fragmentos de tigelas, xícaras e pratos, em faiança, porcelana e faiança fina com indicação de bordas e bases que apresentava decorações. E também garrafas e copos de vidros e grés cerâmico, indicando gargalos bordas e fundos (MARQUES, 2004, p.91).

De acordo com a pesquisa de Fernando Marques o material total estudado referente ao sítio Histórico do Engenho Murutucu somou 4.322 fragmentos, dentre estes, foram identificadas 156 de cerâmicas não torneadas que incluiu também ocorrência de cachimbos decorados; 611 de cerâmica de torno; 412 de cerâmica de materiais construtivos; 543 de faiança; 1.130 de faiança fina; 74 de grés; 70 de metais; 1.187 de vidro, entre outros. Em meio a estes foram identificadas também 10 moedas de cobre do século XVIII e XIX, e 1 pedra de pederneira (MARQUES, 2004).

Os materiais coletados nas três sequências de escavações das campanhas mencionadas anteriormente encontram-se sob a guarda do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), no laboratório de análises de Arqueologia Histórica (situado na reserva técnica “Mário Ferreira Simões”).

A partir do início de 2014 ocorreram análises dos materiais arqueológicos do sítio, coletados nessas escavações, nas quais, análises foram realizadas no MPEG, no laboratório de Arqueologia Histórica com a colaboração do arqueólogo Dr. Fernando Marques e sob a coordenação do Prof. Dr. Diogo M. Costa. O processo técnico deste trabalho correspondeu à numeração, remontagem e identificação. Posteriormente aos processamentos técnicos foram realizados oficinas de análise (figura 9) e interpretação no MPEG.

FIGURA 9. Oficinas de análise de *Louças* e *Vidros* respectivamente.



FONTE: Acervo fotográfico de Diogo Costa, 2014.

Recentemente realizou-se no Sítio Histórico do Engenho Murutucu a quarta pesquisa arqueológica, ocorrida no período de 07 a 30 de julho de 2014. A iniciativa desta partiu do

*Projeto Sítio-Escola Engenho do Murutucu: Uma Arqueologia dos Subalternos*¹⁸

coordenado pelo arqueólogo e prof. Dr. Diogo M. Costa do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará – PPGA/IFCH/UFGA, contando com a participação de uma equipe interdisciplinar, dentre bolsistas¹⁹, graduandos dos cursos de Museologia, História, Geografia, Ciências Sociais, voluntários, mestrandos e doutorandos do PPGA-UFGA. A pesquisa foi apoiada pelas seguintes instituições: UFGA, IPHAN, EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, CEASA, MPEG e também o CNPq e a FAPESPA.

O objetivo da escavação no Sítio Histórico do Engenho Murutucu foi encontrar a provável área onde se localizava a senzala do engenho. Em entrevista concedida²⁰ ao portal de comunicação da UFGA, o coordenador do projeto, prof. Diogo Costa, explica que o fundamento da escavação foi “tornar possível o estudo dos espaços e vestígios da vivência dos diferentes grupos que compunham o cotidiano do Engenho do Murutucu”. Em vista disso, ressalta-se a importância das “pesquisas arqueológico-históricas nos locais de moradia e trabalho, assim como o estudo dos remanescentes da cultura material relacionados direta ou indiretamente a esses diversos grupos” (Diogo Costa, 2014).

A escavação do sítio foi dividida em três áreas (figura 10), na qual cada uma teve um objetivo específico. A pesquisa ainda não possui resultados fechados dessas áreas, mas podemos fazer um breve resumo dessas três áreas.

¹⁸ Projeto vinculado ao Projeto de pesquisa “Arqueologia dos Subalternos no Engenho do Murutucu” também coordenado pelo prof. Dr. Diogo M. Costa. As atividades do projeto sítio-escola podem ser vistas através do site <https://sites.google.com/site/sitioescolaengenhodomurutucu/>

¹⁹ Participei desta escavação como bolsista PIBIC- FAPESPA da UFGA do projeto de pesquisa “Arqueologia dos Subalternos no Engenho do Murutucu”, e atuei na organização de atividades desenvolvidas na escavação.

²⁰ Publicada em 24 de julho de 2014. Disponível em <http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=9314>

FIGURA 10. Áreas de escavação 1, 2 e 3 respectivamente.



FONTE: Acervo fotográfico de Iberê Martins, 2014.

Na área 1 foram encontradas os alicerces de estruturas edificadas, que possivelmente são as mesmas que aparecem na fotografia histórica registrada em 1860 por Felipe Augusto Fidanza (ver figura 1). A partir dessa imagem foi observada uma construção próxima a Casa Grande e da Capela, podendo ser a própria senzala do engenho. O objetivo desta área foi identificar a estrutura e também descobrir qual a função da mesma através dos objetos encontrados. Dentre estes foram coletados uma diversidade de fragmentos de louças, vidros, metais, cerâmicas.

Na área 2 foi encontrada uma estrutura de combustão (fogueira), e coletados diversos fragmentos pequenos e desgastados de louças, vidros de garrafas, metais (cravos e pregos), pedaços de grés e fragmentos de cerâmica.

A área 3 escavada foi considerada uma possível área de descarte, devido a variedade do material encontrado, e também ao fato da disposição dos vestígios ter sido aleatória. Foram encontrados nessa área uma grande quantidade de telhas e tijolos, uma moeda referente ao século XIX, fragmentos de cachimbos, de garrafas de vidros, louças, cravos grandes, cerâmica, grés, vários pedaços de carvão, e alguns botões.

Na área do sítio, além do trabalho das escavações, ainda ocorreram levantamentos topográficos, no qual o terreno foi mapeado por meio do uso de uma estação total para a criação de um mapa de georreferenciamento 3D da área de pesquisa, e também foi realizada coletas de solo do local para o estudo físico e químico, para possibilitar informações importantes que podem servir para os estudos arqueológicos. As atividades contaram com a parceria dos pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, prof. Dr. Fernando Marques, Ms. Carlos Barbosa, Ms. João Aires, e Dr. Morgan Shmidt, servindo de treinamento através de várias técnicas e aprendizado para os estudantes que estavam participando da escavação.

Todo o material coletado nesta quarta escavação no sítio encontra-se no Laboratório de Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPA- LAANF. Estes diversos objetos que compõe a cultura material do Engenho Murutucu ainda passarão por processos de análises laboratoriais.

Diante de todas as pesquisas aqui brevemente apresentadas podemos entender que a área do Sítio Histórico do Engenho Murutucu é de fato um local que possui um grande potencial arqueológico e museológico, considerando os seus remanescentes, a sua cultura material, bem como a própria paisagem da qual o mesmo faz parte, integrando assim o Patrimônio Cultural.

CAPÍTULO III

3. ESTRATÉGIAS PARA PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU A PARTIR DA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.

3.1 PERSPECTIVAS DE PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO JUNTO À COMUNIDADE.

No âmbito nacional, parte considerável dos sítios arqueológicos é descoberta em áreas onde residem populações humanas. Os habitantes do entorno dessas localidades podem, em alguns casos, ser beneficiados com a preservação ambiental e patrimonial, com a geração de empregos em atividades relativas ao turismo e até com a construção de uma nova identidade cultural. Porém em outros casos, a presença de sítios pode dificultar obras importantes para os moradores locais, como a construção de moradias ou, ainda, levar a necessidade de deslocamento da comunidade para outra área, devido, por exemplo, a criação de Unidades de Conservação restritivas (PIOLLI & DIAS, 2003).

A experiência brasileira tem demonstrado que a preservação do patrimônio cultural dos sítios arqueológicos depende do envolvimento das comunidades locais, bem como da participação destas nos benefícios decorrentes de atividades culturais e também econômicas como, por exemplo, o turismo (PIOLLI & DIAS, 2003; CARVALHO, LUINDIA & AGUIAR, 2010).

Considerando a potencialidade e a riqueza de um patrimônio cultural material ou imaterial, é necessário que se tenha a consciência e a valorização dos bens patrimoniais pelo ser humano, por isso é necessário que se tenha conhecimento destes para posteriormente fazer-se parte do processo de preservação e conservação patrimonial (CARVALHO, LUINDIA & AGUIAR, 2010). Dentro desse aspecto, menciona-se a Educação Patrimonial como um dos instrumentos de preservação e socialização nos sítios arqueológicos.

No Brasil, o termo Educação Patrimonial foi abordado por Maria de Lourdes Parreiras Horta no 1º Seminário realizado no Museu Imperial em Petrópolis no Rio de Janeiro, em 1983, tendo sido inspirado no trabalho pedagógico da coordenação *Heritage Education* desenvolvido na Inglaterra (HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO, 1999). Tal modelo vem tornando-se elemento fundamental à construção de uma ideia sustentável, principalmente, no que se refere à cultura, aos bens patrimoniais, aos valores e princípios de uma sociedade (CARVALHO, LUINDIA & AGUIAR, 2010). Dessa forma, a Educação Patrimonial consiste em:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da educação patrimonial busca levar a crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A metodologia da Educação Patrimonial compreende três pontos fundamentais que são: conhecer, observar e reconhecer o patrimônio como parte da vida da sociedade (HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO, 1999). Dentro desta metodologia destacam-se as ações educativas como práticas de preservação do Patrimônio Cultural, no qual as comunidades devem atuar como participantes efetivas dessas ações educativas. Como se discorre na seguinte citação:

Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser consideradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente. Também devem enfrentar o desafio de encarar a problemática de que, no Brasil, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional. (IPHAN, 2014, p. 22).

Dessa forma pode-se pensar na Educação Patrimonial como um processo de mediação que “pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir e pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo” (IPHAN, 2014, p.24).

As ações de Educação Patrimonial se deram primeiramente nos espaços museais em suas diversas categorias, mas a partir do estabelecimento da Portaria Nº 230, de 2002, emitida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ocorreu uma mudança em termos legais que determinou a necessidade de elaboração e execução de um Programa de Educação Patrimonial em sítios arqueológicos junto com pesquisas arqueológicas. Com isso, os arqueólogos brasileiros passaram a ter responsabilidades de incluir não somente a produção de informações científicas, mas também o envolvimento da comunidade na gestão do patrimônio (PIOLLI & DIAS, 2003; PANACHUCK, 2014).

No entanto, é importante mencionar os trabalhos de arqueologia de contrato no Brasil que cresceram muito em conjunto com as obras de infraestrutura do país e a necessidade do cumprimento do licenciamento ambiental para obras impactantes em áreas de sítios arqueológicos, nas quais em relação aos projetos de Educação Patrimonial exercidos nesses trabalhos, nem sempre é levada ao público uma ação de participação integrada. Pois isso se deve em muitas vezes pelo rápido tempo de execução do trabalho, não ocorrendo um contato com a comunidade do entorno, o que pode em alguns casos até mesmo gerar relações de conflitos e impactos psicológicos (BASTOS & SOUZA, 2001). Nesse sentido, é necessário primeiramente que se tenha um contato e conhecimento da comunidade que será alvo de processos de Educação Patrimonial, buscando de forma responsável a parceria do trabalho com a mesma.

Diversas estratégias têm sido utilizadas para levar às comunidades os conhecimentos produzidos nas pesquisas arqueológicas e para promover o desenvolvimento turístico das áreas dos sítios. A grande quantidade de sítios arqueológicos encontrados em diferentes regiões e contextos gera uma considerável heterogeneidade de condições sócio-culturais das comunidades envolvidas. Ressalta-se que para cada comunidade habitante das áreas próximas de um sítio é necessário criar estratégias específicas de modo a conciliar o valor cultural do sítio e o benefício que ele pode trazer à sua localidade (PIOLLI & DIAS, 2003).

Citando alguns exemplos a respeito do envolvimento entre comunidade e patrimônio, temos o caso do sítio do Vale dos Sonhos (figura 11), localizado em zona urbana de baixa renda de Goiânia no qual a relação da comunidade ocorreu desde o início da pesquisa. Como estratégias utilizadas pelos pesquisadores do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás (UCG, atual PUC de Goiás), a comunidade atuou como "ajudantes" nos trabalhos de campo e atividades de divulgação dos conhecimentos

gerados nos sítios por meio de palestras, distribuição de "mala-direta", exposições fotográficas e de visitas ao laboratório de arqueologia. Além disso, buscou-se desenvolver o trabalho em parceria com a prefeitura municipal e a Sociedade Habitacional Vale dos Sonhos, que objetivou fazer com que a comunidade se reconheça enquanto portadora de uma identidade sócio-cultural (PIOLLI & DIAS, 2003).

FIGURA 11. Sítio Vale dos Sonhos.



FONTE: PIOLLI & DIAS, 2003.

Citando um exemplo de sítio que possui remanescentes de engenhos, destaca-se o Monumento Nacional Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos (figura 12), localizado na cidade de Santos em São Paulo, que tem sido privilegiado por projetos educacionais bem sucedidos desde 2002. O monumento foi fundado entre 1533-1534, pelo capitão donatário Martim Afonso de Souza, o local hoje, é parte de um programa educacional desenvolvido pela Secretaria de Educação de Santos, por meio do Departamento Pedagógico, em parceria com a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo e o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (CAMPOS & RAMOS, 2010).

No espaço educativo deste Sítio Histórico, tem sido desenvolvidas atividades com escolas da rede de ensino. No mesmo foi desenvolvido o “Programa Vou Volta” a partir da metodologia da educação patrimonial tendo como objetivo, por meio do enfoque ambiental e histórico, compartilhar ações educacionais que evidenciem a consciência preservacionista, o sentimento de pertencimento em relação ao patrimônio e a preservação da memória. As ações deste projeto vêm contemplando desde 2004, escolas do ensino fundamental do entorno do

sítio arqueológico, contribuindo através do monumento para práticas muito além das tradicionais de educação, tendo como principais realizações o contato com as escolas, as visitas prévias com os professores, preparações dos alunos e visitas e atividades no sítio, assim como a distribuição de materiais didáticos que incluem: artefatos arqueológicos, iconografias da época, jogos entre outros (CAMPOS & RAMOS, 2010).

FIGURA 12. Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos.



FONTE: Fernandes Dias Pereira, 2012. Disponível em: http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2012/Dezembro/29/exec2/pdf/pg_0002.pdf. Acesso em: 16 nov. 2014.

Nessa perspectiva, no que se refere às ações educativas e patrimoniais, voltadas para a preservação do patrimônio e desenvolvidas pela sociedade, aparecem como iniciativas de grupos que assim entendem ser seu papel ou que resolvem ocupar o vazio deixado pela ausência efetiva do estado (municípios, governos estaduais, e governo federal) que têm responsabilidades de elaborar diretrizes para definir políticas e programas de preservação e desenvolvimento social nesse campo, algo que muitas vezes ainda fica em segundo plano em nosso país (CASCO, 2005).

Mediante ao que foi abordado neste ponto, dentro do contexto museológico-arqueológico que tem sido traçado neste estudo, o envolvimento da comunidade na gestão do

patrimônio é algo necessário para a preservação, na qual a mesma pode atuar como divulgadora e guardiã deste patrimônio, considerando o seu direito de participação e cidadania.

3.2. A COMUNIDADE DO ENTORNO DO SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU.

As comunidades que vivem no entorno da área da EMBRAPA, onde se localiza o Sítio Histórico do Engenho do Murutucu, são formadas por moradores do local e/ou trabalhadores (feirantes) da CEASA (Centrais de Abastecimento do Pará), além da presença transitória de pessoas que vão à área para outras atividades, tais como explorar os recursos naturais do local seja de forma autorizada ou não. Na área também moram a comunidade dos ribeirinhos do Rio Guamá (figura 13) ou Comunidade do Porto da Ceasa que vivem da pesca e dos produtos da floresta, sendo a maioria autônoma e desprovida de bens e serviços públicos, tais como educação, saúde, emprego, saneamento básico, moradia adequada, segurança social, entre outros. (MOREIRA, 2010).

FIGURA 13. Moradia da Comunidade Ribeirinha.



FONTE: MOREIRA, 2010, p.77.

Pode-se dizer que apesar da EMBRAPA estar localizada dentro da área urbana de Belém, a comunidade do entorno do sítio se estabelece em um contexto urbano e rural ao mesmo tempo, pois os cidadãos provindos do interior do estado ou de outras periferias de Belém construíram suas residências nesse espaço, trazendo seus costumes, hábitos, vivências e atividades próprias da área rural, dessa forma, permitindo uma relação paradoxal entre o rural e o urbano no local (MOREIRA, 2010).

Em vista disso na área do sítio, há diversas problemáticas sociais, entre elas podemos destacar a violência e a falta de segurança no local como fatores dominantes. O medo dos moradores e dos trabalhadores da área se dá em função dos diversos casos de crimes ocorridos no entorno do local e inclusive o mesmo já serviu de “ocultamento de cadáveres” (MOREIRA, 2010). A cerca disso, destaca-se que:

A violência se faz presente de forma acentuada pela falta de segurança pública. A soma de todos esses fatores representa uma condição desfavorável ao desenvolvimento de consciência crítica e entendimento a respeito de seus direitos e deveres enquanto cidadão. Compreender a importância histórica e cultural do Engenho do Murutucu e a necessidade de sua preservação enquanto patrimônio público é, portanto, mais do que a questão legal: urge a necessidade de implantação de projetos voltados à participação na construção de um trabalho de preservação do bem patrimonial e ambiental que envolva toda a comunidade. (MOREIRA, 2010, p.77)

De acordo com Moreira (2010) não existem ações socioeducativas no sítio por parte de nenhuma instituição (IPHAN, EMBRAPA e Prefeitura de Belém), que envolvam a comunidade do entorno para a preservação. Há um descaso com a gestão e a responsabilidade do sítio por parte das instituições, deixando o monumento ao abandono e a falta de projetos para a comunidade como podemos perceber:

As intenções da gestão de preservação do Murutucu com as comunidades do entorno praticamente não existem, visto que não são realizadas atividades socioeducativas para informar, educar e sensibilizar as pessoas para uma postura consciente no sentido de colaborar com a preservação do Engenho do Murutucu. Trabalhar uma parceria com a comunidade seria um passo importante porque haveria troca, o que viria a favorecer uma relação mais duradoura, pois a população se tornaria parte do processo de preservação e vigilância. Além disso, a participação de um processo educativo seria um investimento na vida da comunidade, ação que viria favorecer a autoestima, a formação do cidadão e, com isso, solidificaria uma parceria que garantiria a preservação do Engenho e do sítio arqueológico como um todo, visto que os agentes sociais com esse investimento assumiriam responsabilidades porque também estariam sendo beneficiados. (MOREIRA, 2010, p. 94).

Dessa forma, sabemos que o Sítio Histórico do Engenho Murutucu não possui uma valorização por parte dos gestores e órgãos responsáveis, porém é interessante saber o que a comunidade do entorno pensa a respeito do sítio para que assim se possa pensar em estratégias condizentes de preservação e socialização do mesmo.

3.3. ENTREVISTAS COM A COMUNIDADE DO ENTORNO DO SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU.

Durante o período das escavações no Sítio Histórico do Engenho Murutucu que ocorreram no mês de julho de 2014, houveram visitas agendadas e abertas ao público. Como trabalho de campo deste estudo foram realizadas entrevistas com os visitantes que compõe a comunidade do entorno do sítio, através de uma ficha-questionário. O objetivo das entrevistas foi coletar informações que possibilitem traçar a percepção, usos e expectativas dos visitantes sobre o local em relação ao que eles entendem por patrimônio.

Foram previstas duas visitas de dois grupos distintos da comunidade do entorno do sítio: a primeira com os funcionários da CEASA e a segunda com a comunidade ribeirinha. A ideia era realizar entrevistas com esses dois públicos e confrontar as informações obtidas, porém a visita da comunidade ribeirinha não aconteceu devido a fatores internos da mesma, apesar do convite ter sido feito com antecedência (figura 14).

FIGURA 14. Visita à Comunidade Ribeirinha.



FONTE: Trabalho de campo, acervo fotográfico particular de Luciana Azulai, 2014.

O grupo de funcionários da CEASA que visitou o sítio (figura 15) no dia 16 de julho de 2014, totalizou 25 visitantes, dentre estes estavam presentes o diretor e o presidente da instituição. Na recepção dos visitantes apresentou-se o histórico do Engenho e as ações do projeto “Sítio-escola no Engenho do Murutucu”, e posteriormente seguiu-se um roteiro de visita iniciado nas ruínas da Capela de Nossa Senhora da Conceição, contando com a participação do arqueólogo Fernando Marques e do arqueólogo e professor Diogo Costa coordenador do projeto. Por fim, os visitantes foram levados para conhecer as áreas que estavam sendo escavadas, na qual, se explicou o processo de escavação, bem como foram mostrados alguns dos objetos encontrados, como por exemplo, fragmentos de louças, vidros, cerâmicas e metais (figura 16).

FIGURA 15. Visita do Grupo de Funcionários da Ceasa.



FONTE: Acervo fotográfico de Iberê Martins, 2014.

FIGURA 16. Mostra de objetos arqueológicos para os visitantes.



FONTE: Acervo fotográfico particular de Luciana Azulai, 2014.

3.3.1. Análise das Entrevistas

Apesar do total de visitantes da CEASA ter sido de 29 pessoas no mês de julho (25 no dia da visita agendada e outros 4 em dias diferentes), as entrevistas foram realizadas com 16 pessoas desta instituição (figura 17), considerando que nem todos possuíam disponibilidade de tempo para participar da entrevista. Dentre os dados quantitativos, destaca-se que foram 10 do sexo feminino e 6 do sexo masculino com idade entre 15 e 61 anos. Quanto às profissões/ocupações dos entrevistados foram observados os cargos de Estagiária em serviço social; Técnico administrativo; Estagiária de Economia; estudantes do projeto Menor aprendiz; Advogado; Auxiliar administrativo; Agente administrativo; Diretor operacional; Secretária da diretoria; Assistente social; Serventes; auxiliar operacional; e Funcionário Público.

FIGURA 17. Entrevistas com os visitantes no Sítio.



FONTE: Acervo fotográfico de Iberê Martins, 2014.

O roteiro de entrevista (ver apêndice A) consistiu em coletar informações pessoais dos entrevistados (como nome, sexo, idade, profissão, cidade, email e telefone) e aplicação de

três perguntas aos visitantes. Na análise das entrevistas elaboraram-se categorias baseadas nas respostas dos visitantes que por sua vez foram tabuladas em gráficos.

Na primeira pergunta feita aos visitantes, foi questionado se eles já conheciam o *local*²¹, caso sim, como eles conheciam o mesmo, e se caso não, qual seria o motivo. Nesta primeira pergunta, 14 entrevistados responderam que *não* conheciam o local e apenas 2 responderam que *sim*. A partir dos dados obtidos com as respostas dos que responderam *não* conheciam ou nunca tinham visitado, os motivos foram organizados em 7 categorias baseadas nas respostas dos entrevistados, no qual as mesmas estão representadas no gráfico a seguir:

FIGURA 18. Gráfico da primeira pergunta da entrevista - as pessoas que responderam não.



FONTE: Trabalho de campo, acervo particular de Luciana Azulai, 2014.

De acordo com o gráfico, notou-se que os três principais motivos foram: o fato de *não ter conhecimento da existência do local* (com 38%, o maior percentual), *a falta de oportunidades* (com 19%), e *a falta de acessibilidade ao local* (13%). Os outros motivos categorizados como *trabalho e responsabilidades com a família* (12%), *a falta de informação*

²¹ Utilizou-se a palavra local nas perguntas ao invés de Sítio Histórico do Engenho Murutucu afim de não induzir as respostas dos entrevistados.

(6%), o medo do local (6%) e os que *consideravam o local apenas como uma construção comum* (6%), na qual o último se refere às ruínas da capela.

Sobre o *medo do local* (6%), vale destacar algumas das falas dos entrevistados quando perguntado por que nunca tinham visitado o sítio: “não vinha por medo do local por causa das histórias que contavam sobre os escravos por aqui” (Luana, agente administrativa). Outra entrevistada também deu o seu relato sobre o medo do local: “as histórias dos espíritos dos escravos, as visagens que assombram o local, principalmente à noite” (dona Joseia, auxiliar operacional). Esta entrevistada ainda contou ter visto um homem negro vestido de branco na entrada da sede administrativa da CEASA, nesse período ela trabalhava a noite no local. As histórias de espíritos que assombram o sítio é algo que mantém várias pessoas longe do lugar, mas ao mesmo tempo compreende um aspecto imaterial ao redor do sítio fazendo parte também no cotidiano das pessoas que estão próximas ao local.

A partir das principais razões dos entrevistados não conhecerem ou não terem visitado o sítio antes, pode-se considerar que a falta de divulgação e conhecimento sobre o mesmo e de sua história, assim como a questão do acesso, são fatores que contribuem para entender algumas das percepções que as pessoas têm sobre o local.

Ainda sobre a primeira pergunta, em relação às pessoas que responderam que já conheciam o local ou já haviam visitado, notou-se que as árvores frutíferas são um atrativo para ir até o sítio como pode se perceber na fala de um dos entrevistados quando foi perguntado se ele conhecia o local antes: “já sim, sempre venho de vez em quando pra juntar manga, cacau” (Raimundo, servente). Segundo o mesmo entrevistado que por trabalhar na Ceasa há bastante tempo, relatou que nos pavilhões (construções mais recentes no sítio) antes havia mostras de artesanato, como ele afirmou “era tipo um museu e as pessoas visitavam esse espaço”, ainda partindo do relato de seu Raimundo as visagens afastavam as pessoas, principalmente à noite e com o passar do tempo, a falta de segurança no local proporcionou o desaparecendo das mostras de artesanato dos pavilhões e tudo foi ficando abandonado.

Como desdobramento da primeira pergunta também foi perguntado aos entrevistados à forma de transporte que utilizaram para o deslocamento até o sítio. Os dados obtidos foram o seguinte: 7 entrevistados utilizam ônibus; 3 utilizam carros; 6 a pé e 1 utiliza bicicleta.

Na segunda pergunta os entrevistados tiveram que responder se eles voltariam ou não ao sítio, tendo que justificar as suas razões. Nesta segunda pergunta, 15 entrevistados

responderam que voltariam a visitar o local e apenas 1 respondeu que *não* voltaria. Os motivos dos que responderam *sim* foram postulados em 9 categorias de respostas representadas no gráfico seguinte:

FIGURA 19. Gráfico da segunda pergunta da entrevista – as pessoas que responderam sim.



FONTE: Trabalho de campo, acervo particular de Luciana Azulai, 2014.

Conforme o gráfico, as principais razões pelas quais os entrevistados voltariam ao local foram a *curiosidade e interesse pelas pesquisas arqueológicas* (com 23%, o maior percentual); a *importância histórica* (12%) e *considera o local interessante para a História do Pará* (12%). Verificou-se que as pesquisas realizadas no sítio chamaram bastante atenção de quem visitou o local.

Na categoria *conhecer mais sobre a história do engenho* (17%) também foi algo notável como podemos perceber na seguinte fala “voltaria sim, pelo fato de conhecer a história do engenho que é tão antigo e tão novo pra gente” (Talvânia, estagiária de serviço social).

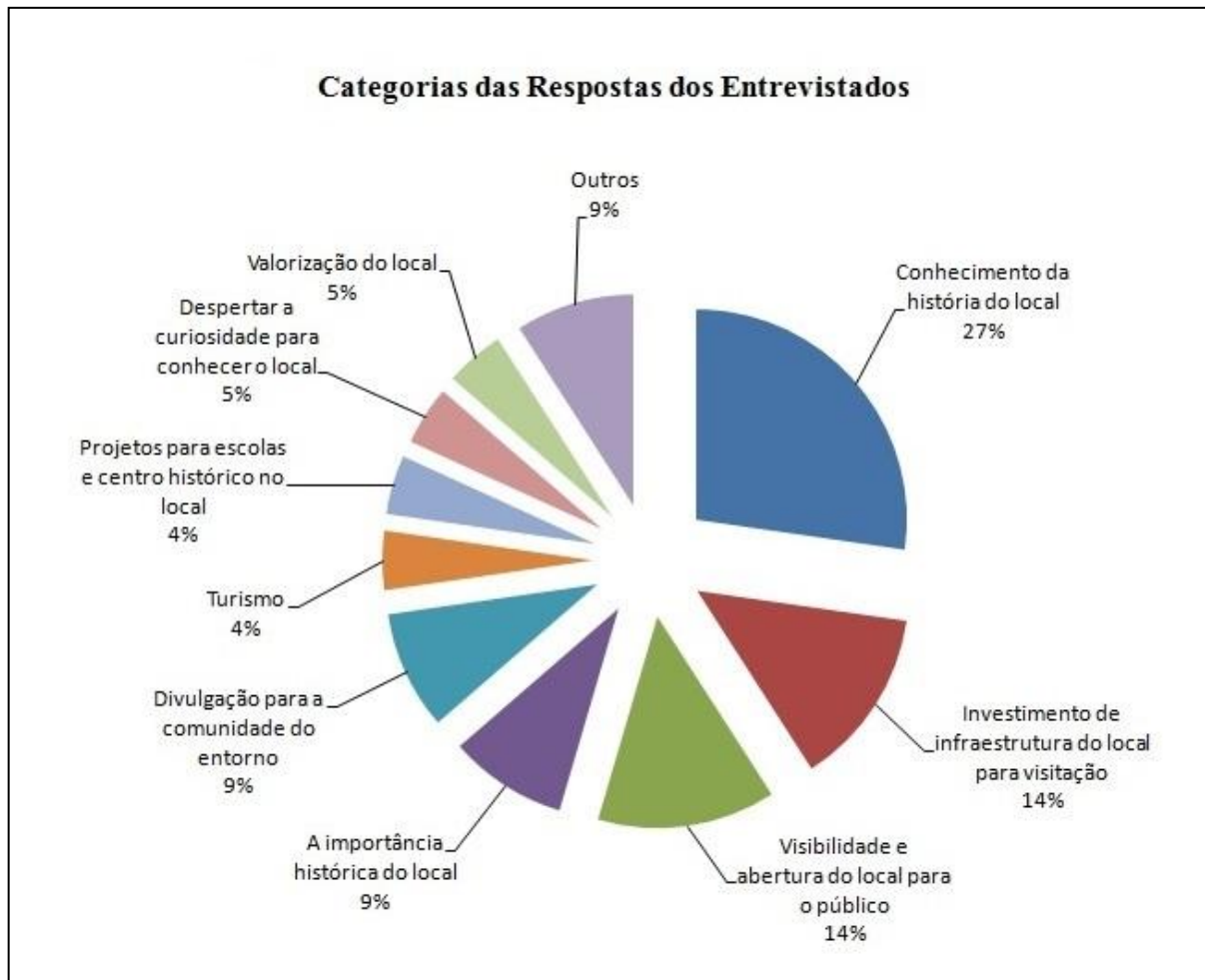
Quanto à categoria sobre *melhor estrutura no local* (6%), podemos perceber o interesse em ver uma transformação do sítio na seguinte fala “sim, pela importância histórica e se tivesse algo atrativo, algo para expor, visualizar, um espaço de exposição, uma estrutura” (Zuliane, assistente social).

As outras categorias como *levar a família para visitar e fotografar as ruínas* (ambas com 6%) também refletem uma expectativa de que o sítio seja um lugar com atrativos para lazer e turismo considerando a paisagem local e a beleza arquitetônica das ruínas. Interessante mencionar a categoria *colher frutas no local* (12%), na qual se percebe que os recursos naturais são atrativos que levam as pessoas ao sítio.

Analisando o motivo do único entrevistado que respondeu que não voltaria ao local temos em sua fala: “não, porque restou pouco da obra, acho que deveria existir um projeto para construir similar das construções existentes na época” (Valmor, advogado). Supõe-se que o entrevistado refere-se à reconstrução do local fiel à sua época, ou seja, como só restam ruínas da igreja, o visitante expõe que o local só tem interesse se for reproduzido da mesma forma como no passado.

Na terceira pergunta os entrevistados responderam se eles acreditam que as pesquisas que estavam sendo realizadas no local poderiam desenvolver o sítio (ver pergunta no apêndice). Todos os entrevistados responderam que *sim*, pois acreditam que as pesquisas arqueológicas podem mudar o local de alguma forma. Em síntese, foram geradas 10 categorias de respostas relacionadas às possíveis mudanças na gestão e preservação patrimonial e cultural do local. As categorias estão representadas no gráfico abaixo:

FIGURA 20. Gráfico da terceira pergunta da entrevista.



FONTE: Trabalho de campo, acervo particular de Luciana Azulai, 2014.

A partir do gráfico observa-se que a maioria dos entrevistados respondeu que as pesquisas podem mudar o sítio trazendo o *conhecimento da história do local* (27%). As categorias *investimento em infraestrutura do local para visitação* (14%) e *visibilidade e abertura do local para o público* (14%), mostraram-se preocupações e expectativas de melhorar a área do sítio, sugerindo a transformação e uso do lugar para visitação, algo que pode ser percebido pela fala: “acredito que sim, para melhorar e abrir para o público e não deixar abandonado” (Luana, agente administrativa).

As categorias *importância histórica do local* (9%), *divulgação para a comunidade do entorno* (9%), *despertar a curiosidade em conhecer* e *valorização do local* (ambas com 5%) demonstraram os fatores importantes para a socialização do sítio e de sua própria história

para as comunidades. Vale ressaltar que o *turismo* (4%) e *projetos para escolas e criação de um centro histórico no local* (4%) apesar de terem obtidos os menores resultados em relação aos outros, também mostram expectativas de melhor aproveitamento do lugar e a sua valorização para a sociedade.

Ainda analisando a terceira pergunta podemos observar nas falas de dois entrevistados a percepção do sítio relacionada com a palavra patrimônio: “com certeza sim, vão contribuir não só para o patrimônio cultural, mas também para o histórico” (Guilherme, funcionário público); e “sim, porque são de muita importância para o local das ruínas, da história como patrimônio, e a divulgação para a população” (Zuliane, assistente social).

Diante da análise das informações obtidas nas entrevistas, podemos ter algumas proposições que nos ajudam entender a percepção que os visitantes têm do Sítio Histórico do Engenho Murutucu, considerando suas expectativas em ver o local transformado para a comunidade, exaltando a importância histórica, arquitetônica e cultural do lugar. Dessa forma, pensando a preservação e socialização do sítio, faz necessário apresentar algumas propostas de ações que podem ser postas em prática no sítio.

3.4. PROPOSTAS DE AÇÕES PATRIMONIAIS E EDUCACIONAIS PARA A PRESERVAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DO ENGENHO MURUTUCU.

Começo este último tópico apresentando uma passagem que reflete algumas perspectivas abordadas neste trabalho, no que se refere à relação entre a Museologia e a Arqueologia na preservação de um patrimônio cultural arqueológico, bem como, o seu compartilhamento com uma comunidade.

No futuro, se forem transformados os sítios em museus ao ar livre, se forem instalados museus de sítios com a documentação material exposta, estas evidências levarão a comunidade local a participar ainda mais ativamente de sua salvaguarda. Neste momento, estes importantes testemunhos históricos têm seus espaços repensados para um uso adequado (KERN, 1998, p. 62, apud MORAES, 2014, p.118).

Mediante as abordagens realizadas até aqui, e principalmente com os resultados obtidos através das entrevistas anteriormente analisadas, pontua-se algumas propostas baseadas nas próprias ideias levantadas pelos entrevistados a respeito da percepção deles sobre o sítio.

Dentro de uma perspectiva museológica as ações patrimoniais necessárias para a preservação do Sítio Histórico do Engenho Murutucu passam primeiramente por aspectos físicos do sítio, como a sinalização do espaço, que se implantada terá por objetivo localizar, identificar e contextualizar as estruturas arquitetônicas e evidenciar a existência do patrimônio ecológico na paisagem local. E por segundo a manutenção periódica do terreno através de limpeza e controle da vegetação.

Outra proposta interessante para o Sítio Histórico do Engenho Murutucu poderia ser a transformação do sítio em um espaço musealizado, pois isso refletiria na melhor gestão do local, no qual este teria mecanismos que possibilitasse a conservação, documentação, acessibilidade, comunicação, pesquisa, segurança, e fiscalização, podendo se criar um centro dedicado à pesquisa das ruínas e do acervo arqueológico coletado no sítio.

Em relação a ações educacionais se propõe Programas de Educação Patrimonial que envolvam diferentes ações para o desenvolvimento de projetos educativos que buscam ressaltar o contexto histórico, geográfico, arqueológico, social, arquitetônico e ambiental em que as ruínas do engenho se inserem. No contexto das ações educativas, consideram-se atividades que possam ser desenvolvidas com crianças, jovens e adultos que frequentam ou não o ensino formal, objetivando despertar nelas o interesse em reconhecer a história do sítio como um importante bem cultural.

As ações podem ser levadas não só à comunidade do entorno, mas também para o público acadêmico e escolar, podendo incluir conteúdos sobre o sítio nos livros didáticos e envolver também professores em atividades na qual eles possam trabalhar com alunos dentro da sala de aula, conteúdos que façam a interface entre arqueologia, patrimônio, memória, história, cultura e identidade e meio ambiente. Outras possibilidades de ações que relacionam o sítio e a comunidade podem ser exemplificadas, por montagens de exposições, produção de materiais de extroversão, como os vídeos documentários, filmes, cartilhas didáticas, bem como outros materiais de divulgação. Além disso, a promoção de palestras e oficinas sobre o patrimônio cultural do sítio, visitas monitoradas, oficinas e cursos para formação de guias

culturais da própria comunidade para o sítio, também podem ser outras possibilidades de ações.

A realização de novas pesquisas arqueológicas no Sítio Histórico do Engenho Murutucu poderiam contribuir para a preservação, divulgação e socialização do conhecimento gerado no sítio, na medida em que o público visitante esteja inserido em ações relacionadas ao trabalho Arqueológico e Museológico, além de compartilhamento de publicações de trabalhos científicos que esteja relacionado aos bens patrimoniais.

O turismo cultural também poderia proporcionar a preservação e desenvolvimento local, possivelmente geraria empregos e renda para a comunidade, principalmente a ribeirinha que poderia trabalhar como guias e com a venda de produtos artesanais que representam o local.

As propostas de ações patrimoniais e educacionais para o Sítio Histórico do Engenho Murutucu só serão possíveis se houver a colaboração dos poderes públicos e órgãos responsáveis no investimento de projetos patrimoniais que contemplem o desenvolvimento de práticas relacionadas à preservação, valorização e socialização do sítio com a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural ao longo do tempo têm se tornado cada vez mais amplo, abrangendo tanto a materialidade quanto a imaterialidade. Mas apesar de hoje haver tantas disposições legislativas para sua proteção e salvaguarda, os bens culturais que integram o patrimônio ainda sofrem com diversas formas de degradação, sejam estas devido à falta de cuidado técnico e específico, de gestão, ou mesmo da falta de conscientização sobre a importância de sua preservação. Neste contexto, os sítios arqueológicos enquanto patrimônios culturais não estão fora dessa realidade, sendo assim, a perspectiva de preservação e socialização são importantes instrumentos para a valorização do passado, do presente e do futuro.

Mediante a isso, os assuntos discutidos ao longo desta pesquisa, no que tange o diálogo interdisciplinar envolvendo a Museologia e Arqueologia sobre o pensar de um

patrimônio cultural arqueológico, buscou-se refletir acerca da importância patrimonial para a sociedade visando à participação e o conhecimento desta, como elementos fundamentais que contribuam para a sua preservação.

Em síntese, na discussão desenvolvida sobre as estratégias de relacionar a preservação, patrimônio e sociedade, o trabalho de campo na escavação arqueológica ocorrida em julho de 2014 no sítio, na qual houve visita de um grupo de funcionários da CEASA, demonstrou-se algo bastante significativo para o desenvolvimento desta pesquisa. As entrevistas realizadas com os visitantes foram de suma importância para compreender um pouco da percepção que os mesmos tiveram sobre o Sítio Histórico do Engenho Murutucu, que resultou nas expectativas de ver o sítio transformado em termos de acesso, divulgação, segurança e infraestrutura, considerando a importância histórica, arquitetônica e cultural do lugar. Com isso, se possibilitou propor ações que possam ser desenvolvidas futuramente no sítio na perspectiva de preservar, valorizar e socializar o sítio.

Acredita-se que a pesquisa como um todo se mostrou positiva contribuindo para o diálogo museológico e arqueológico na região amazônica, assim como a relevância que se pode trazer para o aparato social e de seu desenvolvimento.

É importante mencionar que a pesquisa apresentada não procurou fechar resultados, mas sim, proporcionar reflexões para novas pesquisas que podem surgir como desdobramentos deste primeiro estudo, englobando até mesmo outros campos disciplinares. Dessa forma, é possível desenvolver pesquisas mais amplas com a comunidade do entorno do sítio, abrangendo, por exemplo, a comunidade ribeirinha, que vive próxima ao sítio, buscando compreender o que este representa no seu cotidiano.

Outras pesquisas podem ser desenvolvidas com os feirantes da CEASA, os gestores públicos dos órgãos responsáveis pelo sítio, ou até mesmo com a própria mídia a respeito da divulgação do sítio. Enfim, ressalta-se que são diversos os segmentos de pesquisa que ainda podem ser relacionados a este importante patrimônio cultural que é o Sítio Histórico do Engenho Murutucu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Christine Ferreira. **O patrimônio histórico e a cultura material no Renascimento- Historical heritage and Renaissance material culture**. Instituto Brasileiro de Museus, 2011, p. 353-371.

BARRETO, Cristiana. **A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil**. In: Revista da USP, São Paulo-SP, Editora USP, 2000.

BARRETO, Mauro Vianna. **Abordando o passado: uma introdução à Arqueologia**. Belém: editora Paka - Tatu, 2010, p.308.

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de. **Arqueologia Preventiva e Educação Patrimonial**. XI Reunião Científica da Sab A Arqueologia do Novo Milênio, Rio de Janeiro - RJ, 2001. Disponível em: http://www.academia.edu/3615085/Arqueologia_Preventiva_no_patrim%C3%B4nio_Arqueol%C3%B3gico_Brasileiro. Acesso em: 23 nov. 2014.

BRUNO, Maria Cristina oliveira. **Arqueologia e Antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 31. Rio de Janeiro: MinC/SPHAN, 2005, p.234-247.

_____. **As futuras gerações têm direito a herança arqueológica? Premissas e desafios dos processos de musealização**. In: Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios/Prefeitura municipal, Fundação Cultural, Museu Arqueológico de Sambaqui; Gerson Machado, Flávia Cristina Antunes de Souza, Judith Steinbach (orgs.). Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013. 271 p.

_____. **Estudos de cultura material e coleções museológicas: avanços, retrocessos e desafios**. In: cultura material e patrimônio de C&T. Museu de Astronomia e ciências afins - MAST, 2009, p.12.

CALDAS, Karen Velleda; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Cartas patrimoniais, legislação e restauração do Grande Hotel de Pelotas: breves considerações**. Artigo, Universidade Federal de Pelotas, 2013. Disponível em <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/3049/2605>. Acesso em: 18 set. 2014.

CAMPOS, Adriana Negreiros; RAMOS, Sandra Regina Pereira. **Educação Patrimonial em sítio quinhentista: Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, Santos, São Paulo**. XIV Encontro regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro- RJ, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276739756_ARQUIVO_Educacao_Patrimonialemsitioquinhentistadoc.pdf. Acesso em: 04 de nov. 2014.

CARVALHO, Simone Marcela Souza de; LUINDIA, Luiza Elayne Azevedo; AGUIAR, Liliane Praia Portela de. **O desafio da educação patrimonial arqueológica como base para uma consciência cultural e turística**. Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo de Manaus – Edição 2010.

CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. **Sociedade e Educação Patrimonial**. IPHAN, 2005.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. Editora São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006, p. 288.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_constituicao_federal.pdf. Acesso em: 26 set. 2014.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Patrimônios Bioculturais: ensaios de Antropologia do Patrimônio Cultural e das memórias sociais**. São Luis: EDUFMA, 2008. Coleção humanidades, n.1, 220 p.

COSTA, Carlos Alberto Santos. **Museologia e Arqueologia, parte 1: a materialidade de uma relação interdisciplinar**. Revista Museu, v. 40, p.6, Editora RM, 2008.

COSTA, Diogo Menezes **Arqueologia dos Subalternos no Engenho do Murutucu**. Projeto de Pesquisa PROPESP - UFPA, 2013.

_____. **Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir**. Revista Habitus, Goiânia- GO, v.2, 2004, p. 333 – 360.

CRUZ, Ernesto. **As Ruínas do Engenho do Murutucu: uma bela paisagem da nossa história colonial**. Artigo escrito para o jornal “A Província do Pará”, publicado em 15 de fevereiro de 1948. Arquivo da EMBRAPA.

CURY, Marília Xavier. **Museu, filho de Orfeu, e musealização**. In: Encontro Regional do ICOFOM-LAM. Coro, Venezuela. Anais. 1999, p. 50-55.

DESVALLÉES, Andréa; MAIRESSE, François. **Conceito-chave de Museologia**. Conselho Internacional de Museus. 2013, p. 100.

EAGLETON, Terry. **A Idéia de Cultura**. Tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari - São Paulo - SP. Editora UNESP, 2005.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18ª edição, Campinas - SP, Papyrus, 2012- Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico, p. 9 - 35.

FUNARI, Pedro Paulo A. PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Ciências sociais - passo-a-passo, Rio de Janeiro, editora Jorge Zahar, 2006.

GUIMARÃES, Lygia. **Preservação de acervos culturais**. Segurança de Acervos Culturais. Organização Maria Celina Soares de Mello e Silva. Rio de Janeiro - RJ, Museu de Astronomia de Ciências Afins, 2012, p.73- 108.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília - DF, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

ICOMOS. **Carta de Lausanne**. 1990. Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Lausanne_1990.pdf. Acesso em: 25 de nov. 2014.

IPHAN, **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**/ texto de Sônia Rampim Florêncio, Pedro Clerot, Juliana Bezerra e Rodrigo Ramassote. Brasília – DF, IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014, p. 63.

JULIÃO, Letícia, **Apontamentos sobre a História do Museu**, Caderno de Diretrizes Museológicas, volume 1. Belo Horizonte - BH, 2ª edição, 2006, p. 15-28.

LACERDA, Nelson. **Legislação Federal de proteção de bens culturais e poder de polícia**. Segurança de Acervos Culturais. Organização Maria Celina Soares de Mello e Silva. Rio de Janeiro – RJ, Museu de Astronomia de Ciências Afins, 2012, p. 53 - 72.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisas bibliográficas, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos**. 6ª Edição, São Paulo – SP, Atlas, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Edição 24, Rio de Janeiro – RJ, Editora Jorge Zahar, 2009.

LEAL, Ana Paula da Rosa. **Musealização da Arqueologia: documentação e gerenciamento no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná**. Monografia. Instituto de ciências humanas, bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

Lei 3.924 de 26 de julho de 1961. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=203>. Acesso em: 05 de out. 2014.

MAIA, Diogo Corrêa, **A importância dos colecionadores de arte para a Museologia. Um estudo de caso**. Eva Klabin Rapaport, III Encontro de História da Arte – IFCH / Unicamp. Fundação Eva Klabin Rapaport, 2007, p. 375 - 382.

MARQUES, Fernando L.T. **Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX**. PUCRS, Porto Alegre - RS, 2004.

MATTAR, Eliana. **Legislação Patrimonial**. Segurança de Acervos Culturais. Organização Maria Celina Soares de Mello e Silva - Rio de Janeiro – RJ, Museu de Astronomia de Ciências Afins, 2012, p. 33-51.

MELLO JUNIOR, Donato. **Antonio José Landi- Arquiteto de Belém**. Editora Grafisa, Belém-PA, 1974, p. 241-251.

MELO, Marina d.S.e. **Geofísica Aplicada à Arqueologia: Investigação no Sítio Histórico Engenho Murutucu, em Belém, Pará**. UFPA, Belém-PA, 2007.

MORAES, Tobias Vilhena de. **Preservação Arqueológica e ação educativa nas missões**. Tese de doutorado, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MOREIRA, Norma S.L. **Cidadania e gestão de preservação do patrimônio histórico público sociocultural: o caso do engenho do murutucu em Belém do Pará**. Universidade da Amazônia - Unama, Belém - PA, 2010.

OLIVEIRA, Julio Cesar Magalhães de. **O conceito de antiguidade tardia e as Transformações da cidade antiga: O caso da África do norte**. Revista de E. F. e H. da Antiguidade, Campinas - SP, nº 24, 2008.

PANACHUK, Lílian. **Valorização do passado no presente: estudos arqueológicos e educação para o patrimônio na área de intervenção da LT Vila do Conde- Santa Maria (PA)**. São Paulo - SP, 2014, 152 p.

PELEGRINI, Sandra C. A. FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. Coleção primeiros passos 331. São Paulo, editora Brasiliense. 2008.

PIOLLI, Alessandro; DIAS, Sunana. **Envolver a comunidade ajuda a preservar sítios**. Revista ComCiência (SBPC/Labjor-Unicamp), documento em HTML, Seção de Reportagens, 2003, p. 01 - 04, Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/arq05.shtml>. Acesso em: 27 out. 2014.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1992, p. 613.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Roberto Jarry Richardson; colaboradores: José Augusto de Souza, São Paulo: Atlas, 1989.

SANCHES, Pedro Luis Machado. **A relação necessária entre a Museologia e a Arqueologia no âmbito da implantação do Museu de Antropologia e de Arqueologia de Pelotas (Rio Grande do Sul, Brasil)**. Conferência em celebração da “Semana Nacional de Museus” promovida pelo curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas- RS, 2009.

VARINE, Hugo. **Patrimônio e cidadania. In: Princípios básicos da museologia**. Curitiba-PR. Coordenação do Sistema Estadual de Museus / Secretaria de Estado da Cultura, 2006, p. 100.

WATRIN, Orlando dos Santos & HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Evolução do Uso da terra do Engenho Murutucu: história, geografia e ecologia**. Belém-PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. **A interface Museologia - Arqueologia: elos e lacunas**. Encontro ICOFOM LAM, workshop, 2008, p. 5.

_____. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. Tese de doutorado da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2011.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista



**PROJETO SÍTIO-ESCOLA NO ENGENHO DO MURUTUCU: UMA
ARQUEOLOGIA DOS SUBALTERNOS**

DATA DA VISITA: / /

IDENTIFICAÇÃO

Sexo: Feminino Masculino **Cidade/Estado:**

Nome: _____

Qual é sua idade?

Qual é sua profissão/ocupação?

Instituição a qual pertence:

E-mail para contato:

Telefone:

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

1. Você já conhecia este local? Se sim, como? Se não, por quê?

1.1. Quanto ao deslocamento até este local, que forma de transporte você utiliza/utilizou?

() Ônibus () Carro () A pé () Outros _____

2. Você voltaria a visitar aqui? Se sim, como? Se não, por quê?

3. Você acha que as pesquisas podem mudar o local? Se sim como? Se não por quê?

Você autoriza o uso deste questionário para pesquisas?

Sim **Não**

Assinatura

ANEXO A - Documento de Tombamento do Sítio Histórico do Engenho Murutucu

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 SECRETARIA DA CULTURA
 SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL



Processo nº 439-T-50
 D.P.H.A.N./D.E.T
 Seção de História

Ruínas do Engenho Murutucu e respectiva
 Capela de Nossa Senhora da Conceição
 BELÉM-PA

Em vista do Despacho do Senhor Ministro da Educação e Cultura, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975 e os artigos 4º e 5º, do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, inscreva-se no Livro do Tombo Histórico da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, as Ruínas do Engenho Murutucu e respectiva Capela de Nossa Senhora da Conceição, inclusive a área demarcada neste Processo, na Cidade de Belém, Estado do Pará, comunicando-se ao Ministério da Agricultura, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido-EMBRAPA, ao Serviço do Patrimônio da União-SPU, ao Prefeito de Belém e ao Diretor da 1ª DR da SEC.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1981

Aloísio Magalhães
 Aloísio Magalhães
 Secretário da Cultura

Inscrito, nesta data, no Livro do Tombo Histórico a folhas 85, sob o número 488.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 1981

Edson de Britto Maia
 Edson de Britto Maia
 Respondendo pela Divisão de Registro
 e Documentação da SPHAN

E/E